



ÍNDICE

Edição: PACOPAR • Redação: Dina Sebastião • Design Gráfico: Sérgio Temido / Gatilho • Impressão: FIG - Industrias Gráficas, S.A. Tiragem: 2.500 ex. • Fotografia: © Sérgio Temido: pág. 5, 6, 8, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 58 • © Direitos Reservados: pág. 42, pág. 53 • © Paulo Caetano; Marisa Machado: pág. 52 • © ISCIA: pág. 54 • © Santa Casa da Misericórdia de Estarreja: pág. 55 • © Câmara Municipal de Estarreja: pág. 56, 60, 61 • © Cerciesta: pág. 59

EDITORIAL	4
DIOGO ALMEIDA SANTOS	
ENTREVISTA	6
LUBÉLIA PENEDO	
PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL	16
SIMULACRO TESTA NOVO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO	
DOSSIÊ AGRICULTURA EM ESTARREJA	18
“TERRA QUE DEUS CRIOU E OS GOVERNOS ESQUECERAM”	18
A QUÍMICA DA TERRA À MESA	22
COMÉRCIO JUSTO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	24
DO MINIFÚNDIO AO CULTIVO EM GRANDE ÁREA	28
A EXCEÇÃO JOVEM NA AGRICULTURA EM ESTARREJA	30
A MAIOR PRODUTORA DE LEITE DO NORTE E CENTRO DO PAÍS	32
MEL DE TERRAS DO ANTUÃ AJUDA MEDICINA ALEMÃ	36
“A HORTA SERVE TAMBÉM PARA DESCARREGAR AS MÁS ENERGIAS”	40
ESPAÇO APEQ	42
“O OBJETIVO PRINCIPAL É CONTRIBUIR PARA MANTER A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA QUÍMICA”	
INDICADORES	44
DESEMPENHO DE SEGURANÇA DAS EMPRESAS DO CQE	44
DESEMPENHO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DO CQE	46
BREVES	52
LAZER	58
“UMA UNIDADE SOCIAL E ECOLÓGICA PARA TODOS”	58
MERCADO ANTIGO RECUPERA MEMÓRIAS DO COMÉRCIO LOCAL	60
CONTACTOS	62



REINVENTAR O FUTURO, REGRESSANDO ÀS ORIGENS

DIOGO ALMEIDA SANTOS
RESPONSÁVEL DO SECRETARIADO DO PACOPAR
ADMINISTRADOR DA AQUATRO/DIRETOR
DE PROJETOS DA CUF

A crise que estamos a atravessar nos últimos anos tem trazido impactos de toda a índole, financeiros, económicos, sociais, afetando sobremaneira os setores e as pessoas mais débeis e indefesas. Em Estarreja assim tem sido também.

Mas, nesta edição da revista PACOPAR a tônica inside num tema que, fazendo parte das raízes profundas deste concelho e desta comunidade, pode ser, nos dias de hoje, uma resposta eficaz aos tempos difíceis que vivemos: a agricultura familiar.

De facto, há um novo sentido de vida quotidiano, que se vem afirmando em contraponto às severas exigências dos tempos atuais, e que faz repensar as nossas escolhas para uma vida pessoal, familiar e social. As Nações Unidas proclamaram 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, na intenção de criar uma mudança de paradigma nos conceitos do desenvolvimento rural e de luta contra a pobreza.

Estarreja, concelho com tradição agrícola e pecuária no passado, sofreu, como muitos outros concelhos, os efeitos de um desenvolvimento urbano que esqueceu o trabalho da terra e afastou os jovens dela. Há, contudo, iniciativas que se devem realçar por tentarem resistir e «remar contra a maré», como é o caso do «arroz Lavrador», da «carne Marinhoa», do «mel de Terras do Antuã» e outras, a que dedicamos uma boa parte desta edição.

Um outro tema relevante é sempre o da prevenção de riscos e proteção civil. Na circunstância das eleições autárquicas de outubro, não qui-

semos deixar de obter o testemunho do recém-eleito presidente da Câmara Municipal sobre esta matéria, particularmente sobre as suas expectativas e intenções a desenvolver no seu mandato, para além de outros assuntos relevantes da nova gestão autárquica.

Um espaço de realce foi dedicado à entrevista com Lubélia Penedo, figura de muita estima, a quem o Painel tanto deve.

Desde longa data a dirigir a atividade da Associação Portuguesa das Empresas Químicas, APEQ, muito empenhada na divulgação dos princípios da Atuação Responsável, foi com entusiasmo que abraçou o papel de moderadora do Painel. Mais do que moderar, foi o seu dinamismo, atualidade de conhecimentos pelo seu envolvimento internacional e o carinho dedicado a esta causa que sobressaíram na sua passagem pelo PACOPAR. Este reconhecimento ficou patente na singela, mas sentida, homenagem que o Painel lhe dedicou e que está noticiada no nosso site.

A APEQ, através do seu recém-empossado diretor geral, dá conta dos principais objetivos desta importante associação, no atual contexto da indústria química portuguesa.

São indicadas algumas curiosas e imaginativas sugestões de lazer, tendo como referência o tema da agricultura.

Finalmente, recomenda-se a observação dos indicadores de desempenho que as empresas do Complexo Químico de Estarreja habitualmente aqui divulgam, dando conta da evolução da sua atividade industrial, nos aspetos da segurança e ambiente, numa ótica de transparência e abertura à comunidade, que passaram a adotar de forma sistemática. Desejos de boa leitura.





IMPRESSÕES DE LUBÉLIA PENEDO SOBRE A “EUROPEIZAÇÃO” DAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA QUÍMICA E DA IMPORTÂNCIA DA ACTUAÇÃO RESPONSÁVEL® PARA O SETOR

“É POSSÍVEL FAZER ‘MAIS COM MENOS’”

A indústria química tem a obrigação de se desenvolver até 2050, de modo a que o seu crescimento use menos recursos, mostrando que é possível “fazer mais com menos”. É uma das mensagens que Lubélia Penedo, envolvida na génese do PACOPAR, enquanto diretora geral da APEQ (Associação Portuguesa das Empresas Químicas) à época, deixa como orientação para a atividade futura do Painel. Lubélia Penedo foi responsável pela implementação e desenvolvimento do programa Actuação Responsável® em Portugal, tendo, com a sua participação em vários foros internacionais do setor, contribuído também para a discussão de diretivas e regulamentos europeus que têm atualmente expressão na indústria química portuguesa. Nos últimos 16 anos, foi corresponsável pela internacionalização de procedimentos e práticas do setor nacional, nomeadamente na área de ambiente, segurança e saúde.

Em entrevista, Lubélia Penedo deixa-nos impressões desta experiência e do que considera ser o dever orientador da indústria química subscritora de uma Actuação Responsável®.



Durante os anos em que assumiu o cargo de diretora geral da APEQ, quais as principais mudanças que destaca na indústria química nacional?

Foram muitas e muito profundas. Fundamentalmente, nos primeiros anos fez-se a adaptação à nova legislação. Portugal tinha feito algumas adaptações, mas as empresas tinham várias dificuldades na interpretação e implementação dessa legislação. Uma das minhas principais tarefas, que durou cinco anos, foi a adaptação das empresas a essa legislação ambiental. A primeira medida foi tentar identificar qual a situação das empresas, que se desconhecia. Todos os associados concordaram em colaborar num levantamento da situação do qual resultou uma identificação sobre as falhas existentes e como as resolver. Tudo

isto foi feito ao abrigo de um Acordo Voluntário de Adaptação Ambiental assinado com o Ministério do Ambiente, mediante o qual era concedido às empresas uma dilatação do prazo para conformidade com a lei, até um de janeiro de 2000.

Simultaneamente, implementou-se a Actuação Responsável®, Responsible Care®, a que a APEQ, em representação única de Portugal, tinha aderido em 1993, mas que, de facto, não era vivida nas empresas. Foi necessário adotar os Princípios Diretores ao mais alto nível hierárquico de cada empresa, designar o respetivo Coordenador Actuação Responsável®, escolher e passar a recolher os Indicadores de Desempenho para integração nos relatórios anuais a serem partilhados com to-

dos os parceiros da empresa. Como D-G da APEQ, aderi ao Responsible Care® Core Group (RCCG) no CEFIC-Conselho Europeu da Indústria Química. Na Europa, o CEFIC era a entidade coordenadora do Responsible Care®. Assim se fez a primeira ligação internacional da APEQ. É com muita honra que menciono que Portugal foi o primeiro país no mundo a adotar como indicadores de desempenho os consumos de água e de energia, muito importantes em termos de sustentabilidade. O governo estava atento às carências de água e consumos excessivos desta e de energia e as empresas fizeram esforços muito notórios e diminuíram-nos drasticamente por vários processos: reciclagem, poupança direta e diversos métodos apropriados a cada processo de fabrico.



Outro aspeto a destacar, nestes meus primeiros cinco anos, foi a discussão dos projetos de Diretivas Europeias, nomeadamente a da IPPC (Controlo e Prevenção Integrados da Poluição). Esta diretiva foi muito importante, pois obrigou a uma reorganização profunda que serviu de base ao licenciamento ambiental e industrial das empresas químicas. Foi discutida durante muitos anos pela indústria, por peritos da Comissão Europeia, por consultores e pela academia, com a participação de professores do mais alto gabarito mundial. A APEQ acompanhou muitos seminários sobre o assunto e participou nesse trabalho que se realizou aqui e ali por toda a Europa, com especial incidência em Paris, para definições de base e estabelecimento da sua abrangência. Logo que aprovada a IPPC, iniciaram-se os Grupos de Trabalho de Sevilha, constituídos por membros dos governos, peritos de reconhecido renome provenientes da academia e do CEFIC, todos sob os auspícios de delegados da Comissão Europeia, Grupos estes destinados a redigir os BREF-Best Available Techniques (BAT) Reference Documents. A APEQ fez-se representar por mim em vários desses Grupos de Trabalho, uma das melhores experiências profissionais da minha vida.

Outra diretiva, também discutida, foi a Seveso, cuja revisão foi muito rudimentar relativamente ao que hoje se pede nessa Diretiva.

Fez-se também a discussão da Diretiva de Comércio de Emissões, vulgarmente conhecida como ETS. Tivemos a possibilidade de discutir essa diretiva pessoalmente com o relator no Parlamento Europeu e com o Comissário de Portugal em Bruxelas. Tivemos ainda a oportunidade de nos manifestarmos diretamente junto das entidades que iriam decidir sobre estas matérias. Foi a pri-

meira vez que aconteceu um diálogo direto com os decisores.

A seguir a este período, no princípio dos anos 2000, deu-se a formação de um grupo setorial no CEFIC, de que fui cofundadora, diretora e membro do conselho de administração: o ECEG-European Chemical Employers Group. Este grupo constituiu-se porque a indústria química considerou ser importante ter alguém que falasse com os sindicatos europeus representados pela EMCEF-European Mines Chemicals and Energy Workers Federation, extremamente ativos sobre todas as matérias respeitantes à indústria química.

Concluindo, o Responsible Care® começou a funcionar, houve uma melhoria generalizada das instalações dos nossos associados, de fábricas e até mesmo uma atualização dos licenciamentos. Houve uma internacionalização de procedimentos e de comportamentos com a adesão ao Responsible Care® e a perceção da fundamentação da legislação europeia no domínio do ambiente e das emissões, entre outros. Registou-se a inscrição de muitos dos nossos associados em grupos setoriais euro-



peus que começaram a frequentar falando com os seus pares internacionais, o que representa uma abertura de espírito e de horizontes que não existia até então. Os grupos setoriais estão organizados no CEFIC e cada um deles está representado na administração. Passou a haver participação ativa na discussão da legislação nacional e europeia, ou seja, as pessoas deixaram de ficar caladas, passaram a reagir mesmo antes de a legislação ser publicada. A partir deste período inicial, tudo se veio a desenvolver seguindo as tendências europeias e mundiais que se desenhavam para o futuro.

Fale-nos um pouco da sua experiência profissional ao serviço da indústria química, da sua participação em foros internacionais diversos, nomeadamente os relacionados com a Actuação Responsável®.

A Actuação Responsável® teve relevância na minha participação em grupos e organismos de discussão internacional com os quais trabalhei desde então, eletrónica e pessoalmente por par-

PERFIL

Lubélia Nogueira Penedo é licenciada em Engenharia Químico-Industrial, pelo Instituto Superior Técnico, tendo formações adicionais em farmácia, gestão e uma especialização em poliolefinas. No seu percurso profissional passou pela indústria farmacêutica, petroquímica, pela banca e serviços. Foi diretora geral da APEQ (Associação Portuguesa das Empresas Químicas) de 1995 a 2013, cargo durante o qual foi a coordenadora nacional de Actuação Responsável®, Responsible Care®, e membro de vários foros internacionais, tais como o Responsible Care® Core Group, o National Associations Board (grupos integrados no CEFIC); o Responsible Care® Leadership Group (integrado no ICCA - International Council of Chemical Associations); membro da direção e fundadora do European Chemical Employers Group. Ao longo da sua carreira, foi ainda membro do Conselho Consultivo da Energia da CIP (Confederação Empresarial de Portugal); membro da Comissão Nacional de Transportes de Mercadorias Perigosas; e perito das Nações Unidas, por parte da indústria química, para substâncias perigosas junto da OIT - Organização Internacional do Trabalho.



ticipação e intervenção em *workshops*, seminários e ações de estudo e de formação. Pouco a pouco, fui integrando outros subgrupos do CEFIC, criados quer para tratar e desenvolver assuntos internos como, por exemplo, a alteração dos Estatutos e dos Regulamentos do Conselho, quer para preparar posições públicas, documentos para debate com os associados, com órgãos comunitários ou com instituições públicas. A nível do ICCA-International Council of Chemical Associations, estabeleceu-se uma relação estreita entre Portugal, Espanha e a Ibero-América e passamos a falar em português e castelhano. Houve um estreitamento de relações e uma discussão global nas reuniões anuais mundiais. Particpei, sempre

que pude, nas reuniões do ECEG e nas reuniões conjuntas com o EMCEF, que fazem parte do Diálogo Social Europeu reconhecido pela Comissão, para discutir assuntos sociais ao mais alto nível. A participação dos trabalhadores foi bastante positiva, não só em projetos de legislação laboral, mas também na discussão de matérias técnicas e na tomada de posições conjuntas de que dou como exemplo as que foram emitidas sobre o Regulamento REACH –Registration, Evaluation and Restriction of Chemicals, muitas delas baseadas no Responsible Care®.

Como é que avalia a competitividade do Complexo Químico de Estarreja (CQE)?

Numa lógica de enquadramento geral do tema, posso enumerar alguns factos relevantes que estiveram na base do aumento de competitividade do CQE, o que permitiu desenvolver as suas atividades num contexto europeu e mundial de elevada competição e exigência: desenvolvimentos tecnológicos de grande significado com erradicação da tecnologia de mercúrio, substituição da nafta por gás natural, aumentos de eficiência nos consumos de energia, água e gás, entre outros; aumento significativo de sistemas de automação e controlo nas operações industriais; melhoria significativa da manutenção e segurança industrial, aumentando a disponibilidade real dos ativos produtivos.

A integração entre empresas de fluxos de matérias-primas, conseguida com os trabalhos no CQE, contribuíram também para o aumento da sua rentabilidade. No entanto e nesta matéria, acho que o que foi feito é apenas uma pequena parte do que é necessário, dadas as insuficiências logísticas. Ou seja, foi possível ligar por pipelines alguns fluxos de matérias-primas, de excedentes, de produtos não aproveitados ou modificados durante o processo; mas ficaram por concretizar novas ligações ao Porto de Aveiro e o CQE continua, em certos casos, a ser abastecido por camião ou caminho-de-ferro, via de comunicação de comportamento instável em Portugal. Há muito que fazer na área da logística dos transportes nacionais. Diria que a competitividade do CQE melhorou bastante, mas pode melhorar muito mais. Por outro lado, a competitividade da indústria química estará sempre comprometida em Portugal enquanto não forem resolvidos os problemas de abastecimento e preços da energia, dado que alguns produtos químicos chegam a incorporar no seu custo de produção mais de 70% como custo de energia.

Qual é a proporção de representação das indústrias químicas portuguesas na APEQ? Estão mais representadas as grandes empresas ou as PME (Pequenas e Médias Empresas)?

A questão da representação está relacionada com a CAE-Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, que chama indústria química a tudo e mais alguma coisa. Não consigo perceber, quando vejo estatísticas no Ministério da Economia, onde há tantas empresas químicas. Suponho que há erros de classificação. Na APEQ estão representadas todas as empresas químicas. A composição tem-se mantido com pequenas diferenças, mas não se deve à dimensão das maiores. Na APEQ todas são iguais. As PME são, a nível europeu e segundo a Comissão, a espinha dorsal da indústria. São elas que têm ajudas e programas especiais. Quando digo que na APEQ todas são iguais, é do ponto de vista da decisão, em que, na Assembleia Geral, cada empresa tem um voto, sem haver influência do seu tamanho: grande, média ou pequena. É extremamente importante que assim seja. Houve ligeiras variações mas não grandes modificações. Inclusivamente, empresas grandes têm saído da APEQ, mas isso tem a ver com a situação económica do país e as oportunidades criadas noutros espaços geográficos.



A adesão de Portugal às então Comunidades Europeias, em 1986, com a conseqüente entrada das empresas portuguesas no grande mercado interno, veio representar um abalo para a indústria química portuguesa ou uma janela de oportunidades?

Não foi um abalo, de modo nenhum. Foi verdadeiramente uma janela que se abriu, devido à ligação à União Europeia e a instituições internacionais que operam em Bruxelas. É pena que a nossa CIP-Confederação Empresarial de Portugal nunca tenha sido tão interativa como as suas congéneres. É vulgar estas grandes organizações nacionais terem gabinetes próprios em Bruxelas, para trabalhar e reunir. Foi verdadeiramente uma janela que se abriu e é pena que não tenhamos copiado, no bom sentido, as práticas de outros países que têm verdadeiros governos-sombra em Bruxelas.

A europeização da legislação portuguesa tem chegado também à indústria química, com um incremento das exigências em termos de proteção ambiental e da saúde, por exemplo, com o REACH e a Diretiva Seveso. Como é que a indústria nacional tem estado a responder a isto?

As empresas portuguesas têm feito a sua obrigação com a ajuda valiosa das associações patronais e/ou empresariais. As mais diretamente ligadas à indústria química formaram os seus quadros. Na APEQ, fizemos a formação organizada pelo CEFIC e pela Comissão Europeia para o REACH, acompanhamos toda a discussão e formação do REACH. Trabalhamos sozinhos ou em articulação com o CEFIC e transmitimos à Comissão e ao REPER tudo aquilo com que estávamos em desacordo. A participação ativa foi muito importante porque se detetaram erros, fizeram-se melhorias, transmitiram-se ideias mais corretas porque bem conhecidas e experimentadas pela indústria, *versus* as dos governantes e fazedores da legislação que não têm, muitas vezes, o sentido prático das coisas nem o seu conhecimento. Como se prepararam as empresas para isto? Fizeram-se *workshops* temáticos ou variados, criou-se uma carta mensal editada há anos. Cada vez que se transmitem pareceres a Bruxelas ou a Helsínquia, transmitimos o seu conteúdo a todos os associados, que foram sendo integrados pela força da quantidade de informação que lhes era fornecida. Também disponibilizamos técnicos já formados para, em contacto direto com as empresas, lhes pergun-

tarem se estavam a cumprir as recomendações, se tinham dificuldades e, neste caso, as ajudar a resolver essas dificuldades. Tudo isto foi feito praticamente de forma gratuita, com exceção de alguns *workshops* em que a vinda de especialistas estrangeiros obrigou a partilhar os custos com os participantes

Foi enquanto diretora geral da APEQ que introduziu em Portugal os princípios de Actuação Responsável®. Sendo este um movimento voluntário de adesão, o que moveu a APEQ para o aplicar em Portugal?

Quando cheguei à APEQ, já tinha sido feita a adesão ao Responsible Care®. Foi a clarividência de um presidente da Associação que o levou a considerar imprescindível que a adesão se fizesse e se colocasse em prática o programa. Eu não conhecia o Responsible Care® de lado algum. Mas quando estudei o Responsible Care® para o introduzir em Portugal fiquei encantada, entusiasmada com os resultados alcançados nos países que tinham começado primeiro. O país que o concebeu foi o Canadá, em 1985. Quando comecei a ver o que já tinham conseguido em termos ambientais, energéticos, as poupanças de matérias-primas e de bens escassos como a água, fiquei muito interessada porque se trata de um programa de melhoria contínua e de valorização do relacionamento com a comunidade a quem se dá conhecimento de tudo o que se faz. Acho que foi esse entusiasmo pela ideia de melhoria contínua que me motivou.

Também enquanto diretora geral da APEQ, esteve na génese do PACOPAR. Quando lhe apresentaram a proposta para criar um painel comunitário de Actuação Responsável®, o que pensou?

Pensei que era uma ideia valiosa na qual era necessário investirem e, como estávamos em plena implementação do Responsible Care®, considerei um excelente projeto e foi com muito entusiasmo que a ele me liguei desde o princípio.

E tendo acompanhado o PACOPAR durante toda a sua história, até ao ano passado, qual considera ter sido a mais-valia que o Painel trouxe a Estarreja e a Portugal relativamente à Actuação Responsável®?

É de facto uma mais-valia. O que os membros do Painel desejavam era que as pessoas mudassem a sua atitude crítica relativamente ao Complexo. Era o que se esperava, mas essas coisas não se





conseguem de um dia para o outro, nem em cinco ou dez anos. Vai devagarinho. Penso que as relações pessoais que o PACOPAR conseguiu estabelecer são uma fonte de valores inestimável. Vi que ali havia verdadeira amizade, reconhecimento entre pessoas, mesmo quando as discussões foram duras e se defenderam pontos de vista antagónicos. Acho que isto tem de se estender de tal maneira que os vizinhos saibam mesmo o que é o PACOPAR e o CQE. Porque o PACOPAR é o meio para alcançar algo. O que se pretende com o Painel é que as pessoas conheçam verdadeiramente o CQE e, quando tiverem dúvidas ou receios sobre o que nele se passa, tenham a simplicidade de abordar quem lhes parecer melhor para se esclarecerem ou verem corrigido o que as preocupa. Aliás, foi o que aconteceu quando as pessoas começaram a queixar-se da qualidade das águas dos poços dos seus quintais e as empresas mandaram analisá-las. Penso que nesse momento se começou a estabelecer uma relação próxima e a população passou a sentir que é considerada pelas empresas, que não lhes viraram as costas ou deram uma qualquer resposta. Mas isto é um exemplo e considero que essa relação ainda carece de aprofundamento.

Tendo em consideração os princípios diretores da Actuação Responsável® e a própria missão do PACOPAR, o que falta ao Painel? Que conselhos daria para o futuro?

Sendo eu partidária da melhoria contínua, sabendo que o PACOPAR tem um plano estratégico que

tenta cumprir completa e atempadamente, sabendo que também durante a realização de cada plano estratégico se têm encontrado ocasiões de melhoria que se transpõem para os planos seguintes, estou segura de que saberão encontrar as respostas adequadas aos desafios que continuarão a colocar-se no futuro.

Os objetivos do Painel são sempre de melhoria contínua do desempenho das empresas de Responsible Care®. Quando se atingem esses objetivos já foram identificados outros como áreas de melhoria. Assim, é difícil, agora, identificar o que faz falta ao Painel. Continua a ser importante desmistificar a imagem deficiente da indústria química, tentar identificar nichos de população carenciada em educação, carinho ... Isto é uma coisa em que não se tem pensado muito e falo nisto porque noutros locais já se está a fazer.

Para além disso, talvez faltem coisas das quais nunca ninguém se lembrou, sobretudo de uma relação com terceiros, com outras empresas, com outros grupos, realizar intercâmbios. Um trabalho que se fez há anos foi o intercâmbio com um painel de Tarragona. Talvez fosse interessante promover reuniões para trocas de experiências, inclusivamente com outros países. Pode fazer-se a nível nacional, local, entre grupos de empresas, com qualquer organização congénere. Outra coisa importante: nunca se fez um estudo acerca do conhecimento do CQE, para saber o que as pessoas pensam do Complexo. Não conhe-



ço os resultados do projeto "Inspirar", promovido pela Universidade de Aveiro, mas se se concluiu que em Estarreja a poluição automóvel é pior do que a poluição da indústria química, gostava de conhecer como se conseguiu essa distinção nas amostras analisadas.

E porque o Desenvolvimento Sustentável é parte integrante do Responsible Care® desde que, em novembro de 2002, todos os responsáveis das empresas químicas portuguesas que o assinaram assim decidiram em cerimónia pública, realizada na Torre do Tombo, na presença de mais de 350 convidados, lembro que a indústria química tem a obrigação de se desenvolver até 2050, de modo a que o seu crescimento use menos recursos, mostrando que é possível "fazer mais com menos", de modo a que biliões de pessoas vivam bem neste planeta. O Responsible Care® abrange o compromisso de a indústria química em: melhorar continuamente o conhecimento sobre ambiente, saúde, segurança e o desempenho das nossas tecnologias, processos e produtos durante o seu ciclo de vida para evitar danos às pessoas e ao ambiente; usar eficientemente os recursos, minimizar os resíduos e reportar abertamente sobre o desempenho, as realizações e as melhorias futuras; ouvir e trabalhar com os parceiros para compreender as suas preocupações e expectativas e tentar dar-lhes satisfação. Aqui estão mais algumas sugestões que podem ser postas em programas futuros. Por mim agradeço ao PACOPAR a oportunidade de trocar convosco estas opiniões.



EXPECTATIVAS DO NOVO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO CIVIL

SIMULACRO TESTA NOVO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO



Um Plano de Emergência Externo de Estarreja (PEEE) revisto e um grande simulacro para testar a sua funcionalidade, são duas novidades no âmbito da proteção civil no concelho, para 2014. A Câmara Municipal de Estarreja é membro do PACOPAR e um parceiro fundamental na prossecução dos objetivos de prevenção de riscos do Painel. Com o novo PEEE aprovado, no início deste ano, Diamantino Sabina, novo presidente do executivo autárquico, traça as prioridades da proteção civil municipal e desvenda ideias para continuar a mudar o paradigma ambiental de Estarreja.

Eleito em setembro de 2013, pela coligação PSD/CDS PP, Diamantino Sabina segue a linha do executivo anterior, no qual já era vereador com o pelouro da proteção civil, pasta que decidiu manter sob sua alçada enquanto presidente. A aprovação do novo PEEE era a prioridade da autarquia. O documento revisto pelo município, que se encontra desde dezembro de 2012 a aguardar aprovação pela Autoridade Nacional da Proteção Civil, foi

aprovado a 28 de janeiro deste ano. Após a homologação do plano pela entidade nacional competente, a autarquia planeia realizar um simulacro, “para testar o sistema montado e averiguar eventuais falhas a corrigir”, refere Diamantino Sabina.

Sendo importante para qualquer município, um plano de emergência é “ainda mais importante para Estarreja, face à sua realidade industrial”, frisa o edil. O plano anterior “já tinha sido claramente ultrapassado por diplomas legais que foram saindo e havia a necessidade de adaptação à nossa realidade legislativa nacional”, sendo uma das exigências a interligação com os demais planos municipais, como o Plano Diretor Municipal. “Creio que temos um plano equilibrado e aprofundado e temos recebido comentários muito favoráveis”, refere.

Nas anteriores funções como vereador, Diamantino Sabina foi responsável pela implementação de algumas funcionalidades novas no serviço muni-

REFORÇO NA COORDENAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Sendo o Complexo Químico de Estarreja (CQE) uma das áreas de excelência contempladas no Plano de Emergência Externo de Estarreja (PEEE), o grande simulacro planeado pela autarquia deverá ter a envolvimento do PACOPAR, no âmbito dos objetivos do seu Grupo de Trabalho de Prevenção de Riscos (GTPR). Neste contexto, têm já sido desenvolvidas algumas ações com o intuito de reforçar os meios de prevenção e a coordenação das entidades regionais e nacionais envolvidas numa potencial resposta a emergência no concelho. Uma das iniciativas foi a entrega de pastas de emergência médica aos hospitais Infante D. Pedro (Aveiro) e São Sebastião (Santa Maria da Feira), e ao INEM. Estes documentos contêm fichas médicas de todos os produtos químicos usados no CQE, identificando as suas respetivas características químicas, físicas e toxicológicas, riscos inerentes, sinais e sintomas de exposição humana e medidas de atuação perante uma emergência. A ação resultou de um trabalho de mais de um ano, feito com base na atualização de fichas médicas já elaboradas há alguns anos pelo PACOPAR e igualmente entregues aos hospitais da região. Ainda no âmbito da prevenção de riscos, o Painel realizou, em parceria com a autarquia, um seminário e visita às empresas químicas para os comandos das corporações do distrito de Aveiro. A iniciativa pretendeu dar a conhecer o PEEE e os planos de emergência internos das empresas. Para este e os próximos anos, o GTPR do PACOPAR tem planeadas atividades de continuidade de melhoria da articulação dos vários atores da proteção civil.

principal de proteção civil. “Não tínhamos um piquete profissionalizado dedicado à proteção civil e hoje temos um grupo de homens vocacionados para isso. Agora, dispomos de uma organização que, caso haja necessidade, pode ser acionada pelo presidente ou pela técnica com essas responsabilidades”, explica.

Em termos ambientais, o novo executivo pretende dar seguimento ao mote do anterior presidente, José Eduardo de Matos, “virar Estarreja para a Ria”, continuando a apostar na valorização ambiental e no turismo, para prosseguir com a re-



versão do paradigma desfavorável do passado de Estarreja. “Na senda de transformar esse postulado negativo”, Diamantino Sabina planeia “avançar com uma atividade ainda muito embrionária, que é o turismo industrial, a ser desenvolvida entre parceiros locais” e “aliada à componente de turismo ambiental”.

A ideia será integrada num plano estratégico de turismo, a ser elaborado pela autarquia, que, de acordo com o presidente, além de continuar a dar ênfase ao turismo de natureza, com o BioRia, “pretende dar passos firmes no turismo ligado à indústria.” Apesar de esta não ser uma área clássica e enraizada no setor turístico, o autarca acredita que “Estarreja tem potencial nesse âmbito, se avançar com um projeto a ser desenvolvido com agentes turísticos e sinergias várias.”

Diamantino Sabina assegurará a chefia do executivo municipal nos próximos cinco anos, pelo que não poderíamos deixar de pedir ao novo presidente um conselho para o futuro do Painel. “Estando a utilidade do PACOPAR mais do que comprovada, tendo-se iniciado e afirmado numa perspetiva original de painel de diálogo, seria interessante fazer uma espécie de *benchmarking* e que toda a gente trouxesse novos *inputs* e ideias”.

BAIXO VOUGA TEM CONDIÇÕES EXCECIONAIS MAS FALTA INVESTIMENTO PARA GARANTIR O FUTURO AGRÍCOLA

“TERRA QUE DEUS CRIOU E OS GOVERNOS ESQUECERAM”



Nos anos 80, a Cooperativa Agrícola de Estarreja (CAE) chegou a ter mais de 4000 associados, número que hoje se fica pelos 900, com uma média etária a rondar os 60 anos. “Sendo Estarreja zona de minifúndio e com uma agricultura de características familiares”, um tipo de produção que não foi valorizado pela Política Agrícola Comum, o abandono tem sido progressivo até à atualidade. A análise é feita por Aleixo Patinha, ao serviço da CAE há mais de 30 anos e seu presidente nos últimos 12. A entrada de Portugal na então CEE veio despoletar o desinteresse pela agricultura, outra “uma atividade de grande expansão e preponderante na região.”

O frequentemente noticiado aumento de jovens agricultores no país não se observa no concelho: “Esta tendência nacional tem-se verificado, sobretudo, através de novas culturas, pequenos frutos, hortícolas, e como esta região é de vocação leiteira e milho, com exigência de grandes áreas, não conseguimos atrair jovens se não for pela continuação das exploração dos pais.” Veja-se o caso das reportagens seguintes, sobre a raça Marinhoa e o arroz de Salreu.

A agricultura em Estarreja sofre dos mesmos problemas nacionais do setor, com um forte abandono, uma população envelhecida e, apesar do mediatizado regresso dos jovens à terra, de pouca atratividade dos mais novos. O futuro pode ser invertido, adotando o cultivo em parcelas maiores e concluindo o sistema primário de defesa e drenagem do Baixo Vouga, que permitirá aproveitar as características naturais ímpares do concelho para a agricultura e melhor conjugá-la com o turismo. Tendo como mote o Ano Internacional da Agricultura Familiar, decretado pela ONU para 2014, fazemos nesta edição o retrato do estado da agricultura em Estarreja, ouvindo os vários atores que não sucumbem perante um setor em dificuldades.

Porém, o abandono não se traduz necessariamente em redução da produção. Por exemplo, “o efetivo pecuário não tem diminuído. Não perdemos animais”, afirma o presidente, apesar do número de explorações na última década ter passado “de cerca de 300 para pouco mais de meia centena. E destas, apenas cerca de 20 serão viáveis nos próximos anos”. Um reflexo da evolução natural da pequena produção para explorações mais intensivas, como são exemplos os casos da cultura do arroz em Salreu e da produção de leite em Avanca. “Tínhamos algumas centenas de explorações com 15/20 animais. Hoje, uma exploração nunca poderá ter menos do que 50 animais”, afirma o responsável.

“Um território de eleição”

A região de Estarreja está vocacionada para a produção leiteira, de milho, arroz e carne, exigindo, para que seja competitiva, o cultivo em maiores áreas. O progressivo abandono de pequenos agricultores tem levado, em alguns casos, a que naturalmente se dê um emparcelamento de terrenos e se inicie produções em grandes áreas (reportagem “Do minifúndio ao cultivo em grande área”). Contudo, ainda há muito por fazer em termos de emparcelamento, como nos reporta o exemplo da Promilker (reportagem “A maior produtora de leite do norte e centro do país”), que necessitaria de um cultivo em parcelas maiores para se autonomizar na alimentação de vacas leiteiras e tornar-se independente dos preços do mercado.

O futuro da agricultura em Estarreja dependerá, por um lado, deste emparcelamento e, mais fortemente, do aproveitamento e preservação das características ímpares dos solos. “Estarreja é

INDÚSTRIA PROMOVE FEMINIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Aleixo Patinha, advogado de formação, mas ligado à gestão do setor agrícola há longos anos, realça a importância histórica que a agricultura tinha em Estarreja e a influência que a instalação industrial na sede de concelho veio a ter na predominância de géneros na atividade. “O homem veio para a fábrica, mas a senhora ficou no campo e então Estarreja é das poucas zonas do país onde a mulher tem muita importância nas decisões que se tomam na exploração. São tomadas na maior parte pela mulher.” Reflexo dessa feminização foi o facto de quando a indústria começou a absorver mão de obra, terem-se registado “muitas mulheres a tirar o curso de tratoristas.”





“O AGRICULTOR É UM RESISTENTE”

A ONU decretou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), para afirmar e alertar para a importância que esta agricultura tem na erradicação da pobreza e da fome, na preservação de recursos naturais e promoção de desenvolvimento sustentável. Estima-se que existam em todo o mundo (desenvolvido e não desenvolvido) cerca de 500 milhões de famílias agrícolas, que usam os seus membros como força de trabalho e gestão e que produzem alimentos para bilhões de pessoas em todo o mundo. Mas, apesar de a agricultura familiar representar, de acordo com a ONU, “o maior proveniente de comida para bilhões de homens, mulheres e crianças”, estranhamente, estes agricultores “estão entre as populações mais vulneráveis do mundo.” É aqui que cruzamos as considerações da ONU com Estarreja. “O agricultor é um resistente”, afirma Aleixo Patinha quando se lhe pergunta qual o destino dos estarrejenses que têm abandonado ou reduzido explorações. “Vão conseguindo manter a pequena subsistência, com pequenas explorações, dedicam-se a algumas a meio tempo e vão-se mantendo porque estão habituados a viver com poucos meios de subsistência.”

No lançamento do AIAF, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou ao comprometimento de todos: “Os governos podem dar meios aos agricultores familiares, especialmente às mulheres e jovens, criando políticas que conduzam a um desenvolvimento rural equitativo e sustentável. Os investidores privados podem assegurar comprometimento e responsabilidade social e ambiental ao longo da cadeia de valor, desde a terra ao prato. Muita comida se perde após a colheita, porque os produtores em pequena escala não estão aptos a armazenar, processar e transportar os seus bens.” Nos vários retratos de agricultores estarrejenses apresentados nesta edição da revista PACOPAR, encontramos alguns dos problemas e soluções levantados pela ONU.

um dos concelhos que tem mais área na zona do Baixo Vouga, é pura e simplesmente um território de eleição”, refere Aleixo Patinha, caracterizando um solo altamente produtivo para várias culturas, para o pastoreio e a produção de carnes de qualidade (reportagem: “Comércio justo e agricultura sustentável”). Mas esta qualidade pode estar comprometida com a ameaça da água salgada.

Projeto de defesa do Baixo Vouga Lagunar é urgente

A água salgada tem invadido frequentemente zonas de água doce, tradicionalmente espaços agrícolas. O produtor de arroz de Salreu é um dos queixosos (reportagem “Do minifúndio ao cultivo em grande área”). A situação tem-se agravado nos últimos anos, com as obras do Porto de Aveiro que, segundo o presidente da CAE, “vieram provocar elevações de marés significativas, fazendo chegar a água salgada cada vez mais longe.” A solução para o problema estará na conclusão do sistema primário de defesa e drenagem do Baixo Vouga, um projeto tutelado pelo Governo, a aguardar financiamento. De 1995 a 1999 foi construído o troço médio do dique, de quatro quilómetros, faltando construir três troços de nove quilómetros e meio.

Em meados de 2013, a Assembleia da República aprovou duas resoluções, apelando à captação de verbas para concluir a obra e o então Presidente da Câmara Municipal foi ouvido numa comissão parlamentar sobre o assunto. Na ocasião, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território assegurou “estar a trabalhar para que a concretização do projeto seja possível no âmbito do próximo ciclo de financiamento comunitário, 2014-2020.” Em setembro do mesmo ano, a Ministra Assunção Cristas visitou Estarreja, para conhecer o Baixo Vouga. A isto juntam-se os vários apelos da Câmara no mesmo sentido, tendo a Assembleia Municipal aprovado, em dezembro de 2013, uma moção exigindo à tutela que integre o projeto como prioritário nos instrumentos de financiamento da nova Política Agrícola Comum. Segundo informação da autarquia, a obra continua a aguardar financiamento.

E assim vai a “Terra que Deus criou e os governos esqueceram.” Aleixo Patinha parafraseia um conterrâneo e deposita “as maiores expectativas” no projeto, realçando “a importância de que os governantes tomem consciência da fortíssima preocupação da região e dos riscos sérios para a população.” Se a obra for concretizada e o emparcelamento feito, acredita que a agricultura terá futuro em Estarreja. “Podemos falar de agricultores a tempo inteiro ou a meio tempo, que podem conjugar a agricultura com outras atividades”, por exemplo, com o turismo rural, ecológico (que já está implementado com o BioRia), preservando tradições e aproveitando o facto de Estarreja ser uma zona de continuação para o mar. E quem sabe, “agregar a tudo isto a marca Baixo Vouga, que identifique e valorize a sua história, os seus produtos e as tradições.” Afim, conclui Aleixo Patinha, “poderíamos captar jovens para a agricultura.”



CIÊNCIA TEM AJUDADO A ENTENDER E DESENVOLVER A PRODUÇÃO ALIMENTAR

A QUÍMICA DA TERRA À MESA

O ciclo alimentar humano começa na terra e termina à mesa, quando nos sentamos para mais uma refeição. Uma viagem possível graças ao acompanhamento da química. Apesar de ter nascido do saber empírico popular, a agricultura tornou-se numa atividade altamente científica, em que a química assumiu grande importância para dar resposta às necessidades de alimentação de uma população em constante crescimento. Além da agricultura, a química tem encontrado continuamente soluções de embalagem e conservação que permitem garantir a disponibilização dos alimentos à mesa em qualidade. Atualmente, esta ciência continua a investigar formas de responder ao desafio futuro: continuar a aumentar a produção sem necessariamente aumentar a área de cultivo.

No último século, por exemplo, a produção de milho subiu cerca de quatro vezes, o que veio corresponder ao contínuo aumento populacional, que não cessará nos próximos anos. A ONU prevê que em 2050 a população mundial atinja os 9 bilhões de pessoas, o que significa praticamente duplicar a produção de alimentos. O desafio é fazê-lo sem aumentar a quantidade de terrenos cultivados e o

consequente consumo de recursos naturais ou fazê-lo da forma mais racional e eficiente possível.

A química tem assumido um papel central na investigação científica e biotecnológica, que desde inícios do século XX tem trazido inovação à agricultura, com o desenvolvimento de novos produtos, como fertilizantes, compostos de solo, fármacos para animais, sistemas de análises às plantas agrícolas e soluções para alimentação animal. O desenvolvimento da agroquímica permitiu aumentar cerca de dez vezes a produtividade das culturas, melhorando a capacidade dos terrenos e permitindo um maior e mais efetivo controlo de pragas e ervas daninhas que prejudicam o crescimento das plantas alimentares.

E depois da colheita?

Mas a presença da química na alimentação não está apenas na terra. O século XX proporcionou também grandes progressos no acesso massificado à alimentação, permitindo que cada vez mais pessoas comprem alimentos produzidos longe do local que habitam. As novas soluções encontradas pela química permitiram, por exemplo, o

desenvolvimento de métodos de conservação de alimentos, de embalagem, de sistemas de refrigeração e congelamento. Como é possível que a fruta tropical chegue à população de países frios? Através da sua conservação no frio. Se não fosse assim, como teria a Europa acesso ao ananás ou à banana?

E a palavra laticínios só entrou no nosso dicionário graças à química. A vasta variedade de iogurtes, queijos e alimentação infantil que encontramos nas prateleiras do supermercado inclui soluções de fermentação e conservação, proporcionadas pela investigação química, que potenciou a utilização de enzimas e bactérias benéficas, tornando

possível o desenvolvimento de produtos lácteos de alto valor nutricional.

A química está na base das soluções de embalagem. De nada serve obter um sumo 100% de fruta ou um iogurte altamente nutritivo se não for possível colocá-los em condições à mesa dos consumidores. A indústria química tem desenvolvido materiais cada vez mais eficientes, como películas e selantes, que permitem isolar o produto das condições atmosféricas garantindo assim a preservação das suas características naturais. A lista dos alimentos que não sobreviveria até à nossa mesa sem a ajuda da química é interminável. Desde a terra à mesa, a química tem de estar sempre lá.





ANTES AUXÍLIO AGRÍCOLA, HOJE APRECIADA PELA CARNE: MARINHOA CORRE RISCO DE EXTINÇÃO

COMÉRCIO JUSTO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oriunda do Baixo Vouga, é uma das raças bovinas autóctones, que em tempos ajudou o agricultor e o pescador, encontrando-se atualmente em vias de extinção. A ligação afetiva que alguns agricultores mantêm com a raça Marinhoa e o trabalho de uma associação de criadores têm impedido o seu desaparecimento. A comercialização de carne, apresentada como um produto sustentável, ecológico e promotor do bem estar animal, oferecendo viabilidade económica para os criadores, deverá ser o futuro da preservação da raça.

Em toda a área de produção da raça, existem atualmente 598 criadores, com 607 explorações, das quais 97 estarrejenses, com um total de 2697 animais, dos quais 1502 são fêmeas ativas. A Marinhoa adaptou-se aos ares da praia e por aqui ficou. O solar da raça encontra-se na zona litoral marinha, composta pelos concelhos de Ovar, Murto, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Vagos. “A raça encontra-se severamente ameaçada de extinção e não verificamos tendência para isto se alterar a curto prazo”, afirma Elisabete Ferreira, diretora técnica da Associação de Criadores da Raça Marinhoa

(ACRM). O abandono e a mecanização da agricultura estão na origem da atual situação.

Uma ligação afetiva

As características morfológicas do Baixo Vouga requeriam um animal possante para a lavoura dos campos lagunares, nomeadamente no cultivo de arroz. O porte do bovino Marinhão (caixa: Características e origem da Marinhoa) veio responder à necessidade, levando à sua fixação e proliferação não só na zona marinha, onde também é usado na arte xávega, como no litoral mais interior. Na década de 40, registava-se a existência de 23 995 animais, que já povoavam os concelhos para além da área de solar, como Águeda, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Mira, Cantanhede, entre outros, constituídos como a zona de expansão da raça.

A introdução de maquinaria agrícola foi levando o agricultor a prescindir do animal. “E estamos inseridos numa região leiteira, em que muitas pessoas enveredaram por este caminho”, com um retorno financeiro muito mais imediato do que o da carne”, explica Elisabete Ferreira. “As pessoas foram mantendo alguns animais para pequenos trabalhos e pela ligação afetiva. São animais extremamente dóceis e convivem com os seus donos mais de 20 anos.” Motivos que a diretora presume terem impedido a extinção da raça.

Comércio justo e sustentável

Apesar do abandono da agricultura, algumas pessoas mantiveram a atividade como paralela a outra profissão, criando estes animais para a produção de carne. Mas face à diminuição do número de efetivos, a ACRM surge, em 1992, com o objetivo de preservar o património genético da raça e promover a viabilidade económica da sua criação.

A atual média etária dos criadores ronda os 60 anos, assistindo-se a “muitas explorações de pessoas que, pela idade, muitos na casa dos 80 anos, vão desistindo”, sendo os respetivos “animais integrados em explorações de pessoas mais jovens, algumas com formação superior”, que, segundo Elisabete Ferreira, “têm uma visão de empresa agrícola, com vocação exclusiva para a produção de carne.” Em Estarreja, as explorações que acabaram têm sido absorvidas por outras cada vez maiores, “que não são muito diferentes do tradicional”, pois “os animais continuam no campo”, ressalva Pedro Ferreira, gestor da CARMARDOP (Cooperativa Carne Marinhoa DOP), criada em 2000.

Após definido o regulamento de produção de Carne Marinhoa DOP – Denominação de Origem Protegida, através da aprovação do Caderno de Especificações da Carne Marinhoa DOP, encontrava-se em falta uma entidade que concentrasse a oferta e regulasse o mercado. Assim, surge a CARMARDOP, que vem regular os preços e a produção da carne. A cooperativa garante um preço ao produ-

tor e controla todo o processo comercial, desde a compra, abate e desmanche, até à venda. “Viemos regular o mercado. Os negociantes, que tinham o domínio de preços, tiveram de repensar a sua estratégia, tendo de valorizar os novilhos de maneira diferente”, refere Pedro Ferreira.

Recentemente, a cooperativa tem optado por vender ao consumidor final (caixa “Do prado diretamente para a mesa”), como alternativa ao decréscimo de venda à restauração, apostando também no comércio local. Detendo toda a cadeia de fornecimento, a CARMARDOP consegue escoar os bovinos aos criadores e fornecer a carne ao consumidor a um preço justo e de forma sustentável. “Pensamos que estamos no caminho certo”, considera Pedro Ferreira, crente na relação com o consumidor final, que verifica que “o preço da carne é real e sustentável para a economia familiar.”

Comércio de carne é o futuro da raça

“A luta diária” da Associação, e de Elisabete Ferreira, “é conseguir recrutar mais pessoas” para criar animais. Só “a valorização e comercialização da carne” garantirá a viabilidade económica aos criadores. Por isso, a Associação trabalha em estreita colaboração com a CARMARDOP, cuja estratégia se centra em divulgar a carne a nível nacional.

O trabalho da ACRM e da cooperativa sua agregada podem ser vistos como exemplos dos apelos do secretário geral da ONU para o Ano Internacional da Agricultura Familiar, que incita governos e organizações a promover um desenvolvimento rural sustentável e equitativo, ajudando a agricultura familiar, que alimenta grande parte da população mundial, a ter viabilidade económica no mercado (artigo: Terra que Deus criou e os governos esqueceram).



As vacas que comem cenouras

O menino que aos sete anos pedia uma “vaca amarela aos pais” fez-se no homem que hoje é criador da raça Marinhóia. Manuel Loureiro tem atualmente dez animais para a produção de carne Marinhóia DOP – Denominação de Origem Protegida. A autossuficiência no abastecimento alimentar é uma das condições de rentabilidade da sua pequena pecuária, em Fermelã, onde existem vacas “finas”, que comem cenouras.

Sempre se habituou a ver os pais lidarem com as frísias, mas não era esta raça que o cativava. “Sempre lhes disse que queria uma vaca amarela.” Aos sete anos, Manuel Loureiro ainda não sabia que os amarelos eram os bovinos Marinhóios. Em 1999, aos 21 anos, comprou o primeiro animal da raça e a partir daí, enquanto a mãe foi mantendo a pequena ordenha, Manuel Loureiro foi comprando mais “amarelinhas”.

Ao iniciar-se na criação destes animais, começou a trabalhar com a CARMARDOP. “É importante o apoio deles, em tudo”, refere o agricultor. A Cooperativa, ligada à Associação de Criadores de Raça Marinhóia, dá um apoio técnico abrangente, que não se limita às questões desta raça bovina. Se não vendesse os animais para a CARMARDOP,

CARACTERÍSTICAS E ORIGEM DA MARINHÓIA

Por ser dotada de grande porte, a Marinhóia foi o auxílio motriz na agricultura e na pesca, sendo a única raça litoral, tendo resultado do cruzamento de animais de tronco mirandês com minhoto. Face às características ecológicas e morfológicas do Baixo Vouga Lagunar, a Marinhóia, uma vaca pernalteira, com grande força motriz, dócil e de fácil manejo, revelou-se a raça ideal para cultivar as marinhas de arroz e para a arte xávega. Perante a necessidade de preservar o património genético ainda existente, constituiu-se, em 1992, a Associação de Produtores da Raça Marinhóia, que se torna a única entidade legal responsável por constituir o livro genealógico da raça e garantir a sua preservação.

Mais informações: www.marinhóia.com

Manuel Loureiro conseguiria escoar igualmente os bovinos, mas “não teria o preço que garantem todo o ano.” Esta garantia é importante para explorações não intensivas, em que os animais vão crescendo naturalmente, de acordo com os ciclos biológicos naturais.

DO PRADO DIRETAMENTE PARA A MESA

A cooperativa CARMARDOP dedica-se à comercialização de carne Marinhóia DOP – Denominação de Origem Protegida. Esta qualificação foi concedida em 1996, pela União Europeia, obedecendo a um estrito regime de rastreabilidade e cumprimento de normas, desde o nascimento dos animais até ao consumo. A carne Marinhóia é proveniente de produções sustentáveis, respeitadoras do ambiente e do bem estar animal. Entre os objetivos da CARMARDOP estão a oferta de um preço justo ao produtor e consumidor, de forma a garantir a viabilidade económica da criação da raça e a sua preservação. O método de produção destes bovinos é feito normalmente de forma extensiva, em que as crias acompanham as mães aos prados, onde permanecem a maior parte do ano e se alimentam da vegetação natural. Regressam aos estábulos na altura do parto, de frio ou alagamento dos campos. A CARMARDOP faz entregas diretas ao consumidor nas zonas de Aveiro e Coimbra. Em 2012, a Carne Marinhóia ganhou a medalha de ouro, na categoria vitelão, no I Concurso Nacional de Carnes Tradicionais Portuguesas com nomes qualificados, enquadrado na Feira Nacional de Agricultura, de Santarém. Para saber preços e detalhes da compra, deverá contactar a cooperativa: www.marinhóia.com • info@marinhóia.com

“Quando está bom tempo, as vacas vão para o campo. É só ir lá de manhã e à noite para ver se está tudo bem”, conta o jovem agricultor. “Quando chove muito e está frio, vêm para cima”, ou seja, para os estábulos. Aí comem silo de milho, pasto verde, palha e cenouras. Cenouras? “É! As minhas vacas são finas”, responde em tom de brincadeira,

relatando a descoberta ao acaso. Tendo a oportunidade de comprar cenouras a um preço irrisório (por questões de calibragem não chegam a entrar no mercado de consumo humano), experimentou introduzi-las na alimentação dos bovinos. O cardápio não só lhes agradou como se traduziu no seu desenvolvimento. “O certo é que quando o Manuel lhes começou a dar cenouras, registou-se um pico de crescimento”, corrobora Pedro Ferreira, da CARMARDOP.

A satisfação com que fala e nos mostra os seus animais evidencia o que Manuel confessa: “Sempre gostei da agricultura e é assim que sou feliz.” Aos 35 anos, acumula a atividade com um trabalho a tempo inteiro na Câmara Municipal de Estarreja, mas no futuro terá de fazer uma escolha. “Sou filho único. Enquanto os meus pais forem podendo fico assim, mas quando não puderem, tenho de tomar uma atitude. Tenho máquinas, terrenos...”, reflete: “Provavelmente vou dedicar-me só à criação de Marinhóios.”

O caso de Manuel ilustra a conjuntura traçada pela Cooperativa Agrícola de Estarreja: por um lado a sobrevivência da agricultura através da dedicação em tempo parcial; por outro, a existência de jovens agricultores através da continuação da atividade dos pais. Atualmente, Manuel Loureiro não aumenta o número de gado Marinhóio porque, além deste, é necessário alimentar as frísias que a mãe mantém para a produção de leite. A alimentação de todos os animais provém de produções cerealíferas próprias, sendo esta uma das condições que permite a independência dos preços de mercado e a consequente rentabilidade das explorações pecuárias. “Qualquer produção que não seja autossuficiente em cerca de 80% será difícil de rentabilizar”, refere Pedro Ferreira.





ANTÓNIO ROLA – ÚNICO PRODUTOR DE ARROZ EM SALREU

DO MINIFÚNDIO AO CULTIVO EM GRANDE ÁREA



António Rola, único produtor de arroz em Salreu, é o reflexo do emparcelamento natural de terrenos que o tempo se encarrega de realizar por força das circunstâncias. Cultiva cerca de 85 hectares de arroz anualmente, numa extensão contínua de terreno, antigas explorações de minifúndio, que tem vindo a juntar. Pensa em registar a sua marca, “Arroz Lavrador”, para continuar uma atividade que se torna rentável graças aos conhecimentos de mecânica, que lhe reduzem custos com a aquisição e reparação das máquinas agrícolas.

30% dos cerca de 85 hectares que cultiva já são propriedade de António Rola, que foi adquirindo progressivamente terrenos desde há 30 anos, quando começou a produzir arroz em apenas 600 metros quadrados. “Comecei como alugador de máquinas, a trabalhar para os proprietários e como eles foram abandonando, comecei eu a cultivar esses terrenos”, recorda, à medida que entramos no percurso do BioRia em Salreu, área do Baixo Vouga tradicionalmente cultivada em mi-

nifúndio, que reúne características favoráveis à produção de arroz.

António Rola produz entre duas e meia a três toneladas anuais, podendo, “em anos bons”, atingir as cinco toneladas. “A produção aqui não é tanta como no Sul, porque não temos tantas horas de luz”, explica, advertindo para outro problema característico do Baixo Vouga Lagunar e que pode hipotecar o futuro do arroz nesta área: “a entrada de água salgada nos campos” (notícia “Terra que Deus criou e os governos esqueceram”). “Nos dois últimos anos tive produção inferior e não consegui vender para a indústria”, refere. Quando assim é, António Rola vende diretamente aos consumidores, “a pessoas de vários locais do país que veem comprar o arroz de Salreu. De ano para ano têm sido cada vez mais.”

Para dar resposta a esta procura, o agricultor dispõe de um descascador de arroz e faz o embalamento em instalações próprias. Arroz do La-

vrador, lê-se nos sacos de cinco quilos que vende. É a marca que irá registar. E porque não Arroz Rola ou Arroz de Salreu, sugerimos, pensando que estas marcas poderiam ser mais identitárias. “Acho que vai ser Arroz Lavrador. O BioRia e a Câmara propuseram Arroz BioRia, mas até ver não tenho necessidade. Teria de ficar dependente de algumas regras.”

De março a outubro é o período da azáfama agrícola do arroz. “Em final de março começa-se a preparar os terrenos, a lavrar, passar a fresa, a meter água e em abril semeia-se.” A colheita realiza-se desde o final do verão até outubro. Para cultivar cerca de 85 hectares, o agricultor conta com seis tratores e duas ceifeiras. O investimento em maquinaria foi necessário para rentabilizar a produção e o facto de ser uma atividade de família, à qual a esposa e o filho de António também se dedicam, faz reduzir os custos com mão de obra. Este tipo de despesas é o motivo pelo qual o agricultor não quer aumentar a área de produção.

“Teria de colocar mais pessoas a trabalhar comigo e não compensaria”, admite.

E o investimento e o trabalho valem a pena? “Vale a pena porque não gasto dinheiro na reparação de máquinas e ceifeiras. Vou comprá-las a França, em segunda mão, mais baratas, e depois repará-las”, explica o agricultor, também mecânico. O importante não é aumentar a área de produção, mas melhorar a produtividade da terra. “É necessário colocar sistemas de rega, de drenagem, canais, nivelar terrenos”, adaptações necessárias às características morfológicas e geológicas do Baixo Vouga Lagunar.

António Rola é o único produtor de arroz em Salreu. Quem lhe seguirá os passos? O filho? “Talvez. Ele anda nisto com empenho e gosto...” Se assim for, será um dos exemplos da situação retratada pela Cooperativa Agrícola de Estarreja: A viabilidade dos jovens na agricultura em Estarreja está na continuação da atividade dos pais.

BIOBAGA PRODUZ MIRTILLOS EM AVANCA

A EXCEÇÃO JOVEM NA AGRICULTURA EM ESTARREJA



Quando chegamos à exploração da Biobaga, quase encontrávamos Ana Fonseca a podar, não fosse uns assuntos burocráticos para tratar que a fizeram sair da sua exploração de mirtilo, em Avanca. A poda e a apanha são as tarefas mais trabalhosas até se obter o afamado fruto rei dos antioxidantes (ver caixa). À medida que tem cativado o consumidor em Portugal, o mirtilo também tem captado o interesse de agricultores que se lançam na sua produção, como Ana Fonseca e o marido. O caso da Biobaga é um exemplo de exceção na dedicação de jovens à agricultura em Estarreja. Coisa rara, de acordo com a experiência da Cooperativa Agrícola de Estarreja (artigo "Terra que Deus criou e os governos esqueceram").

Na propriedade de 1,5 hectares da Biobaga, a empresa de Ana Fonseca, há 2000 pés de mirtilo, plantados em 2009. Em 2014, a exploração deverá começar a produzir em força, pois é a partir do quarto ano que a planta atinge a "produção cruzeiro." Ana Fonseca espera uma colheita entre "oito a dez toneladas" e com isso começar a tirar um salário rentável do investimento feito. No primeiro ano, a produção foi de 300 quilos, no segundo de uma tonelada e meia e no terceiro de três toneladas.

A jovem agricultora já sabia que seria um investimento para recuperar a médio prazo. O que não presumia, quando terminou a licenciatura em Engenharia Agrónoma, em 2002, era que iria dedicar-se à produção desta baga. "Eu queria ter um terreno, para agricultura como atividade complementar, mas pensava em ervas aromáticas ou vinha", confessa. A ideia do fruto antioxidante veio do marido. E porquê? "Nem ele sabe. Sempre gostou! Gostava do fruto, achava que daria boa rentabilidade e que era uma cultura adequada, em termos de trabalho, ao nosso ritmo."

Pensar nessa adequação seria importante para o casal que mantém outras atividades profissionais em paralelo. Depois de maturarem a ideia e de terem conseguido negociar a compra de um terreno, a plantação vê a luz do dia em 2009. Como formadora e consultora na área agrícola, Ana Fonseca pôde usar os seus conhecimentos para a burocracia inicial, nomeadamente para o pedido de cofinanciamento ao projeto.

Apesar de formada na área agrícola, Ana Fonseca teve "de estudar muito" sobre a cultura, que não

abordou durante o curso. Depois da teoria, foi começar a plantar, "a observar e corrigir os erros". A poda e a apanha são as tarefas mais trabalhosas da produção de mirtilo, que a Biobaga desenvolve em modo de produção biológico certificado. Por isso, encontramos entre as linhas de plantas, um "trato de galinhas", uma cerca móvel, onde os animais, confinados àquele espaço, se vão alimentando das ervas daninhas, controlando naturalmente a sua proliferação e ao mesmo tempo adubando aquele espaço.

O balanço de Ana Fonseca é positivo. Apesar de no primeiro ano não ter sido fácil encontrar comprador para uma produção de 300 quilos, há dois anos negociou a exportação de 80% da produção, contrato que mantém para a próxima colheita. Na propriedade da Biobaga, além da apanha, realizada de abril a setembro, dada a existência de diferentes variedades de planta, é feito o embalamento e acondicionamento do fruto.

Ana Fonseca e o marido mantêm em paralelo com a agricultura outras atividades profissionais, mas o futuro terá sempre uma ligação à terra. Os planos imediatos são "plantar mais quatro a cinco linhas de mirtilo, até preencher a área total do terreno", e, posteriormente, se a cultura "continuar a ser rentável, alargar a produção" ou, quem sabe, apostar noutra cultura. Uma coisa é certa: o futuro será "continuar a apostar na agricultura", até porque, confessa Ana Fonseca, "o bichinho já cá está."



A BAGA QUE DÁ SAÚDE

O consumo de mirtilo é altamente recomendado por ser um dos alimentos com maior teor de antioxidantes, um grupo de vitaminas, minerais e enzimas que ajudam a neutralizar os radicais livres, combatendo o envelhecimento das células e contribuindo para a prevenção de doenças cardiovasculares, cancerígenas e degenerativas.

VISITAS À BIOBAGA

A Biobaga, com uma exploração de mirtilo em Avanca, aceita, mediante marcação, visitas de particulares, grupos ou instituições que queiram conhecer o fruto e a sua forma de cultivo.

Contactos: geral@biobaga.pt • www.biobaga.pt
<https://pt-pt.facebook.com/BioBaga>

UM EMPURRÃO HOLANDÊS

O mirtilo é um fruto silvestre, de sabor agridoce, que cresce num arbusto homónimo de cerca de 1/1,5 metros de altura. Esta baga, de cor azul ceroso, gosta de frio, solos não calcários e meia sombra. Em Portugal, é na zona do médio Vouga que se encontra a maior área de produção do fruto, tendo sido aqui introduzido na década de 90, quando a Fundação Lockorn, holandesa, impulsionou o seu cultivo, após ter percebido que a zona tinha boas condições para o seu crescimento. Desde aí, tem cativado produtores em vários locais do país.



PROMILKER – A VOCAÇÃO LEITEIRA DA REGIÃO

A MAIOR PRODUTORA DE LEITE DO NORTE E CENTRO DO PAÍS

Há 10 anos, após concluída a licenciatura em engenharia zootécnica, Victor Santos iniciava uma exploração pecuária de produção de leite com 60 vacas. Hoje, a Promilker, situada em Avanca, com cerca de 1300 cabeças, é a maior produtora de leite do norte e centro do país. As condições passadas foram favoráveis à expansão, mas atualmente, com o fim das quotas leiteiras e a contínua subida do preço dos cereais, o futuro traz interrogações a Victor Santos, que, apesar disso, não pensa em reconverter a exploração, mas antes em apostar na diferenciação pela qualidade.

A Promilker produz em ciclo fechado. Todas as vacas nascem na exploração, sendo insemina-

das na idade adequada, iniciando, após o parto, a produção de leite. Dos 1300 animais que a empresa tem, “cerca de 600 estão em ordenha”, sendo agrupadas em lotes, “consoante a sua capacidade produtiva”, explica Victor Santos. Cada animal produz uma média anual de 10 500 litros de leite, pago “consoante o seu teor de gordura e proteína”, o que perfaz uma faturação média de dois milhões de euros anuais à Promilker.

Os números poderiam ser sedutores não fosse o disparo da despesa com a alimentação dos bovinos. “Nos últimos dois anos, os custos de produção duplicaram e o preço do leite não refletiu isso. Cerca de 70% do custo do litro de leite é ali-

mentação”, afirma Victor Santos, explicando que a isto crescem as despesas com 18 empregados a tempo inteiro, dos quais três técnicos superiores, e com o aumento de exigências legais técnicas de segurança e saúde.

A realidade destes últimos anos não se verificava há 10, quando o recém engenheiro zootécnico, decidido em investir numa exploração própria, na sua área de formação, optava pela produção de leite. “Era o que mais se compatibilizava com as características do litoral”, estava “próximo de grandes empresas comercializadoras e transformadoras de leite” e, além disso, tinha-se “habitado a ver as vacas em ordenhas coletivas”, um fenómeno que as normas agrícolas europeias tendiam a extinguir. Pensada a estratégia e escolhido o local, nascia a Promilker, que conheceu uma fase de expansão, ao elevar o seu efetivo de 60 para 1300 cabeças.

“Quando aumentámos, foi porque muita gente estava a abandonar. O setor não estava organizado e não existia investimento neste tipo de explorações, mas, de repente, surge esta crise de alimentação”, que não se presume abrandar: “com o fim de quotas, a liberalização da produção, o previsto aumento da população mundial e a necessidade crescente de cereais, os custos de alimentação das vacas continuarão a aumentar. Se o leite não refletir esse aumento, as produções que irão sobreviver serão apenas as que se localizam onde há condições extraordinárias.” O que não é o caso de Estarreja, zona de minifúndio. “Este espaço (rodeado de floresta) é uma vantagem pelo bem es-



tar proporcionado aos animais, mas não oferece terrenos com produção suficiente para me tornar independente do mercado”, admite o empresário.

Com o cultivo de 60 hectares, a Promilker produz cerca de 4 000 toneladas de silagem por ano, adquirindo mais cerca de 4 200 a produtores locais. Uma quantidade que não a torna independente da compra externa de cereais. As dificuldades sentidas pela empresa, evidenciam a necessidade de reconversão do cultivo em minifúndio para grandes áreas, mencionada pelo presidente da Cooperativa Agrícola de Estarreja como importante para o futuro da atividade no concelho (artigo: “Terra que Deus criou e os governos esqueceram”).

Perante as adversidades, qual será o caminho futuro? O domínio que Victor Santos tem do setor é uma vantagem competitiva que valoriza. “Isto é um projeto de dez anos e não posso a meio do percurso reverter. A nossa batalha é manter um elevado parâmetro de qualidade na produção e achar que um dia vamos ser compensados por termos uma alta garantia de segurança”, refere. A Promilker está também a procurar formas de aproveitamento dos efeitos secundários da sua atividade, valorizando os dejetos animais através da produção de biogás. Já foram desenvolvidos alguns estudos mas que não se apresentaram financeiramente sustentáveis. Contudo, a hipótese continua em aberto.



MANUEL JARDIM – PRODUTOR DE MEL MONOFLORAL DE EUCALIPTO

MEL DE TERRAS DO ANTUÃ AJUDA MEDICINA ALEMÃ

É de Estarreja o maior produtor de mel da região de Aveiro. A marca “Monofloral do Eucalipto – Terras do Antuã”, produzida por Manuel Jardim, é na sua quase totalidade exportada para a Alemanha. Com uma produção de nove a dez toneladas de mel anuais, o apicultor admite que “vai dando para pagar o trabalho.”

Em Avanca, visitámos o eucaliptal no qual Manuel Jardim tem algumas do total de 300 colmeias que mantém. “Isto dá muito trabalho, mas não dá para nos dedicarmos exclusivamente”, diz, realçando o dever de quase diariamente ter de visitar colmeias. Manuel Jardim dedica-se à apicultura há mais de 40 anos, nos tempos livres que lhe sobravam da

atividade de professor e empresário. Continuou, “por paixão”, a apicultura que aprendeu com o pai, que “tinha quatro ou cinco cortiços”.

Foi produzindo para os vizinhos que lhe pediam e, progressivamente, aumentando o número de colmeias. A condição de reformado, desde há dez anos, trouxe-lhe mais tempo livre para aumentar o número de colmeias para as atuais 300, repartidas entre Avanca e Ovar, que lhe permitem um volume de produção, cerca de dez toneladas anuais, compatível com a exportação. O destino do mel Monofloral do Eucalipto – Terras do Antuã, na Alemanha, será, segundo lhe é informado, “para utilizações medicinais.”





Manuel Jardim é presidente da Associação Recreativa e Cultural dos Apicultores de Terras do Antuã, circunscrita ao distrito de Aveiro, que tem 300 sócios, com uma média de idades de 54 anos, mas com aumento de apicultores jovens. A apicultura tem aumentado na região, devido à crescente procura de mel, por um lado, e “porque tem benefi-

ciado de incentivos financeiros”, por outro. Em Estarreja, estima-se a existência de 120 apicultores. No distrito de Aveiro, só existe mais um apicultor que atinge o volume de produção de Manuel Jardim. “Os restantes têm entre 200 a 300 quilos de mel” e vendem no comércio local, na sua maioria, diretamente aos consumidores.

A atividade não é rentável, tornando-se difícil a dedicação exclusiva, considera Manuel Jardim. Perante isto, insistimos em saber porque aumentou a produção? “A atividade não é logo rentável, porque dá muito trabalho. Se for a contabilizar o trabalho todo... é preciso visitar constantemente as colmeias..., lá vai dando para pagar o trabalho”, admite, sublinhando alguma poupança de custos com a construção própria das colmeias. Manuel Jardim reparte a atividade com o filho, que tem outra profissão. A apicultura em Estarreja parece ser assim um dos exemplos de uma agricultura mantida em tempo parcial, em paralelo com outras profissões, como é referido pela Cooperativa Agrícola de Estarreja.





HORTAS URBANAS CATIVAM CADA VEZ MAIS AGRICULTORES EM ESTARREJA

“A HORTA SERVE TAMBÉM PARA DESCARREGAR AS MÁAS ENERGIAS”



As hortas urbanas estão a revelar-se um concentrado de vantagens. Permitem aproveitar terrenos inutilizados, embelezar as cidades, ajudar os cidadãos a suprir necessidades alimentares, promover a ecologia, incitar à convivência entre munícipes, aliviar o stresse e “descarregar as más energias”. O fenómeno tem sido instituído em várias cidades, não sendo Estarreja exceção. No concelho, já existem 40 munícipes a cultivar uma horta urbana cedida pela autarquia.

Com um terreno de três mil metros quadrados, junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários, a Câmara Municipal de Estarreja (CME) disponibiliza aos munícipes 60 lotes para a criação de hortas urbanas, com o objetivo de contribuir para a poupança no seu orçamento familiar e fomento de uma prática agrícola tradicional. Em outubro de 2012, a autarquia entregou as primeiras dez hortas, estando, atualmente, 40 atribuídas. A novidade da proposta autárquica levou a alguma renitência inicial dos cidadãos, “mas tem-se registado uma adesão crescente, sobretudo das pessoas que vivem mais no meio urbano”, refere João Alegria, vereador da CME.

José Jesus é um dos munícipes que cultiva uma horta, onde no inverno crescem “nabiças, nabos, morangos, cenouras, alho francês, alho de cozinha, favas, ervilha normal, ervilha torta, couve greleira e brócolos”. Na primavera/verão tem “batata, alface, tomates de diversas variedades, pepinos, pimentos, feijão rasteiro e de trepar, ervas aromáticas e uma diversidade de couves”, enumera o “recém agricultor”. Para manter esta diversidade, passa uma média de oito horas semanais na sua horta.

O tempo passado na agricultura poupa-se nas viagens ao supermercado e nos gastos, mas es-

tes não foram os principais motivos que levaram José Jesus, de 47 anos, a candidatar-se a uma horta urbana. “As razões porque aderi a este projeto prendem-se, essencialmente, com o facto de sempre ter tido o desejo de arranjar um bocado de terra onde pudesse semear e plantar algumas novidades e, com isso, ver nascer e florescer a natureza”, confessa, apontando como vantagem o convívio com quem vive mesmo ao lado. “A horta serve também para partilhar saberes e socializar com pessoas que são minhas vizinhas há muitos anos e que, não sendo agora por este motivo, pouco ou nada falaríamos”, refere, confessando que tem “aprendido muitas técnicas de lavoura com os vizinhos.”

A experiência de José Jesus parece ir ao encontro das intenções da CME ao lançar o projeto. Além de “ocupar as pessoas, de uma forma ativa e útil, no suprimento das suas necessidades”, explica João Alegria, o objetivo das hortas urbanas é também proporcionar um meio de convívio social. “As pessoas estão satisfeitas, conversam, proporciona-se diálogo entre as pessoas”, diz o edil.

A experiência de José Jesus é disso exemplo. A horta serve também para “descarregar as más energias que nos afetam no dia a dia”, confessa, referindo as vantagens do contacto com a natureza. “É uma terapia que faz falta a qualquer pessoa nos dias que correm, em que as nossas vidas se pautam por um ritmo frenético, que nos leva algumas vezes a estados de mau humor e de depressão. Quem quiser melhorar o estado de saúde mental e poupar na farmácia que arranje uma horta, não muito grande, e, por conseguinte, muito trabalhosa. Cem metros quadrados chegam. “O conselho é de José Jesus: “para quem vive ‘engaiolado’ como eu (há 33 anos) não há melhor escape.”



CANDIDATURAS A HORTAS URBANAS:

Os interessados em cultivar uma horta urbana devem inscrever-se no Gabinete de Atendimento ao Município de Estarreja, nos Paços do Concelho. No sítio eletrónico da Câmara Municipal de Estarreja (www.cm-estarreja.pt) também encontra o formulário de inscrição.

A APEQ E AS PRIORIDADES FUTURAS COM NOVA DIREÇÃO GERAL

“O OBJETIVO PRINCIPAL É CONTRIBUIR PARA MANTER A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA QUÍMICA”

LUÍS ARAÚJO
DIRETOR GERAL DA APEQ



A APEQ, Associação Portuguesa das Empresas Químicas, tem como principais finalidades defender os legítimos interesses dos seus associados, contribuir para o seu desenvolvimento harmónico e sustentável e incrementar entre eles o espírito de solidariedade e apoio mútuo. Considerando a composição dos seus associados, podemos sem grande distorção substituir “associados” por “Indústria Química Portuguesa”.

Interessa saber como, no atual momento, pode a APEQ cumprir estas finalidades.

A Indústria Química Portuguesa enfrenta atualmente desafios importantes, que não diferem dos enfrentados pelas suas congéneres a nível europeu.

O desafio principal é manter a competitividade face à concorrência feita por outras regiões do mundo que beneficiam de um importante fator de produção – a energia – em condições bem mais favoráveis. De salientar que um dos tradicionais competidores da União Europeia, os EUA, reforçou recentemente o seu protagonismo através da exploração de fontes de energia fósseis não convencionais, de que possui reservas e condições de exploração privilegiadas. O que já se chama revolução do “*shale oil*” permitiu aos EUA passar a dispor de gás e de energia elétrica a preços muito inferiores aos praticados na Europa. Estes fatores de produção são especialmente importantes para a indústria química de base, mas, quem conhece a importância da integração nesta indústria, não tem grandes dúvidas em como a deslocalização das suas componentes básicas para longe da Europa causará danos irreparáveis às restantes componentes.

Por outro lado, as numerosas regulamentações que hoje enquadram a indústria química na Eu-

ropa, e respetivas taxações, se bem que legítimas nos seus objetivos, constituem no seu conjunto, pelas interpenetrações e sobreposições, um fardo pesado que não ajuda na luta contra a grande ameaça que decorre de imediato da diminuição da competitividade: a deslocalização para outras áreas do Globo.

Como pode então uma associação como a APEQ contribuir para que as empresas possam vencer estas dificuldades?

Fundamentalmente, de forma muito sumária:

- Desempenhar o papel de interlocutor junto das autoridades que elaboram as políticas e os regulamentos e os executam, esclarecendo os problemas reais que as empresas enfrentam no seu dia a dia.
- Informar as empresas acerca da regulamentação da sua atividade e divulgar e promover as melhores práticas de aplicação.
- Promover o conhecimento mútuo entre a Indústria e a Sociedade onde se insere.
- Contribuir, através da contratação coletiva, para um bom ambiente de cooperação entre a gestão das empresas e os seus colaboradores.

Para desempenhar estas funções, uma associação como a APEQ tem de entender o seu papel como elemento de uma rede que inclui entidades governamentais, associações e confederações empresariais, empresas e representantes da sociedade civil (a nível nacional e europeu), e contribuir de forma permanente e ativa para que a informação flua entre todas estas entidades e se estabeleçam equilíbrios de que todos beneficiem.

Em termos práticos e concretos, a APEQ tem aprofundado as suas relações com organismos governamentais, alimentado as suas ligações

com a confederação europeia da indústria química (CEFIC), de forma a estar mais próxima das entidades decisoras da União Europeia, colaborando intimamente com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), interlocutor direto do Governo Português, e aperfeiçoado as ligações aos seus associados.

Importante é também o esforço de aproximação com a sociedade civil, dentro do princípio de que o conhecimento mútuo desfaz mal entendidos e cria laços, tanto entre as pessoas como entre as entidades coletivas.

Dentro do tema das relações com os associados, merece relevo a criação de novos grupos de trabalho permanentes, que funcionam simultaneamente como veículo de transmissão da informação e como elementos consultores da APEQ, enriquecendo-a com os conhecimentos acumulados nas diversas empresas em áreas de interesse comum. Ao GSSA (Grupo de Segurança, Saúde e Ambiente), que se ocupa há muitos anos de aspetos transversais relacionados com segurança, saúde e ambiente, ao fórum sobre Recursos Humanos e a um grupo setorial de gases industriais, juntaram-se, desde outubro de 2013, cinco novos grupos, quatro dos quais (Energia, Emissões Industriais, REACH e Transportes) em áreas consideradas prioritárias pelos próprios associados em inquérito prévio, sendo o quinto um grupo destinado a assuntos específicos dos produtores de gases medicinais.

A APEQ espera que o seu trabalho continue a ser um contributo para que as entidades decisoras e a Sociedade em geral vejam na Indústria Química um setor fundamental para o Progresso Humano e não como um setor, se não a abater, pelo menos a reprimir e limitar.



DESEMPENHO DE SEGURANÇA DAS EMPRESAS DO CQE

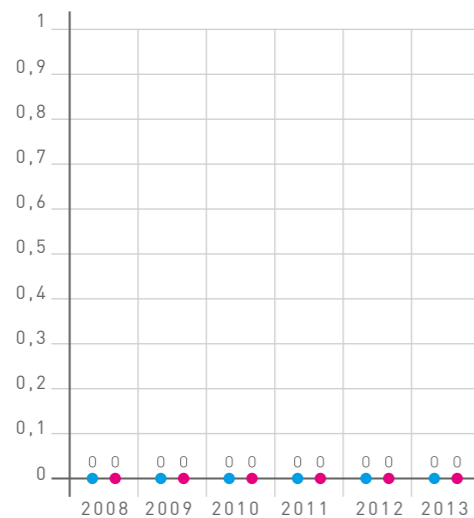
ÍNDICES DE ACIDENTES

Em linha com a tendência dos anos anteriores, as empresas do Complexo Químico de Estarreja (CQE) registaram, em 2013, índices de gravidade e de frequência de acidentes muito baixos, sendo na maioria delas nulos. Os resultados expressam a melhoria contínua que as empresas, quer isoladamente, dando cumprimento a normas e programas de formação internos, quer conjuntamente, criando sinergias e realizando treinos conjuntos

através do PACOPAR, fazem nos seus sistemas de segurança e saúde no trabalho. Os indicadores expressos refletem a relação do acidente com o tempo de trabalho. O índice de frequência de acidentes representa o número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas por homem trabalhadas. Já o índice de gravidade representa o número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas por homem trabalhadas.

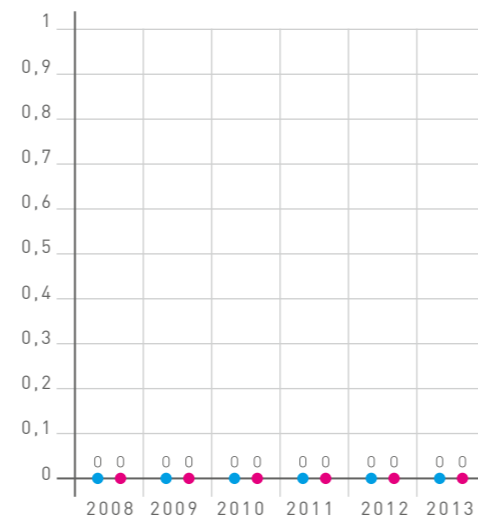
AIR LIQUIDE

Em 2013, tal como nos anos anteriores, não foram verificados quaisquer acidentes, pelo que os índices têm valor zero.



AQP

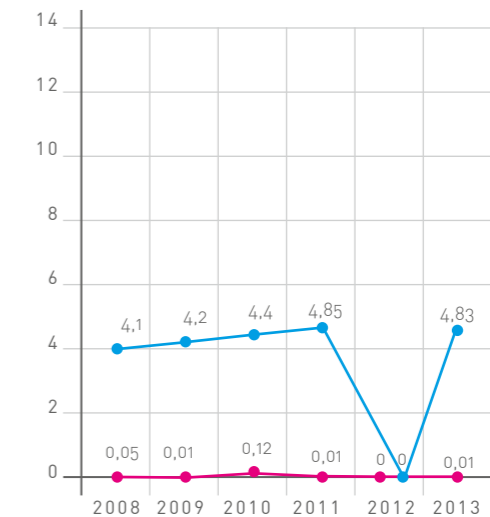
Não se registaram acidentes em 2013.



● Índice de frequência de acidentes
● Índice de gravidade de acidentes

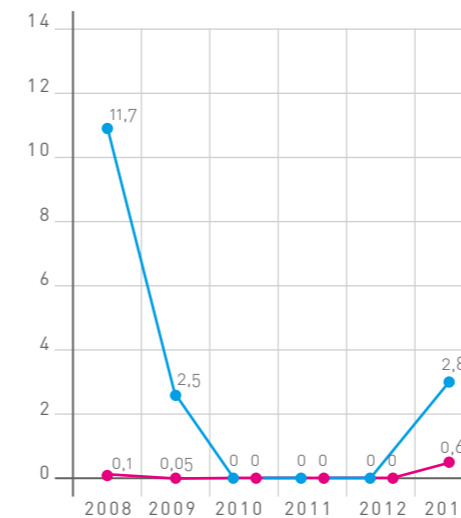
CIRES

De registar um acidente com baixa no último ano, resultante da queda de um analista ao descer as escadas do laboratório.



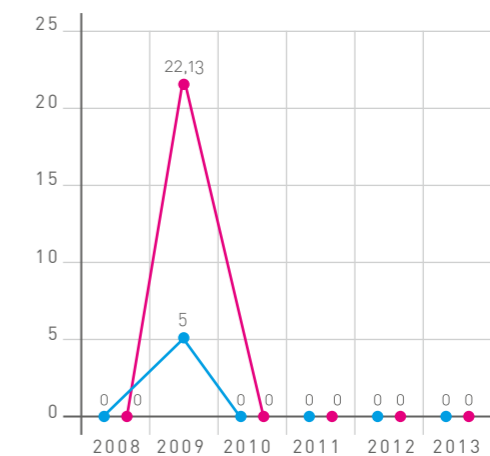
CUF

Os índices recuaram um pouco em 2013 devido à ocorrência de um acidente.



DOW

Em 2013, nenhum trabalhador da Dow Portugal sofreu qualquer acidente grave. Continuamos a trabalhar em todos os nossos programas e procedimentos para que o objetivo "0 acidentes" seja uma realidade duradoura.





DESEMPENHO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DO CQE

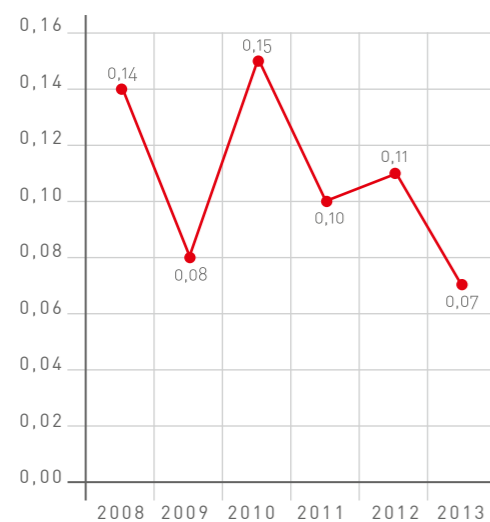
Em termos de desempenho ambiental, nos índices apresentados, regista-se diminuições na maioria das empresas, designadamente nos consumos energéticos e nas emissões de poluentes atmosféricos, com exceções de ligeiras subidas em alguns casos. Os aumentos, nomeadamente na produção de resíduos sólidos de algumas empresas, prendem-se com situações de paragem de fábrica, para intervenções de manutenção, e com a mudança na forma de tratamento dos resíduos. O caso de subida de emissões atmosféricas registado acompanha o aumento de produção, ressalvando-se que apesar dos aumentos verificados, todos os valores se encontram dentro dos limites legais de emissões.

Os índices de desempenho ambiental são calculados relacionando a quantidade de produção com a quantidade de emissões e consumos. As emissões de poluentes atmosféricos relacionam o total de emissões de partículas, de óxidos de azoto, de monóxido de carbono e de COV's com o total de produção. O indicador de resíduos sólidos representa a relação entre o total de produção e o global de resíduos gerados. Os consumos da água e energia são representados respetivamente pela relação entre a água (m³) e a energia (MJ) consumidas e a quantidade de produção (em toneladas). No sítio eletrónico do PACOPAR (www.pacopar.org) pode consultar a totalidade dos indicadores de desempenho ambiental das empresas do CQE.

AIR LIQUIDE

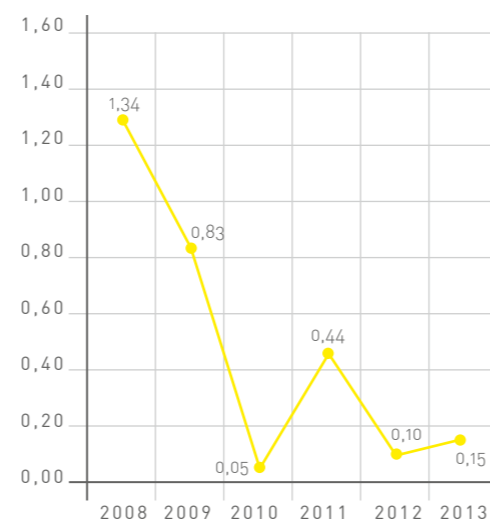
EMISSIONES DE POLUENTES PARA A ATMOSFERA

O ano de 2013 apresenta uma diminuição das emissões gasosas face ao ano anterior, em resultado da paragem anual de setembro. Registou-se uma redução de 2,16% nas toneladas de produção.



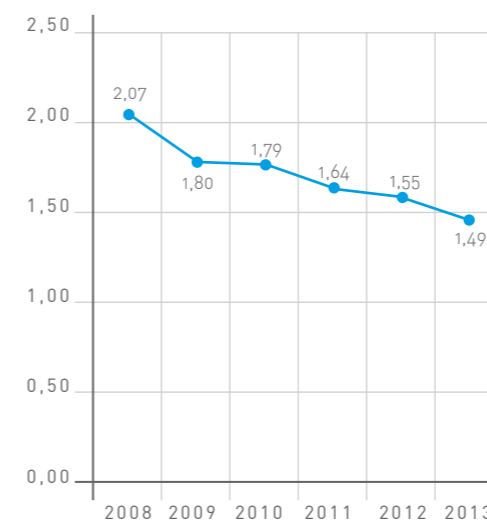
RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2013, houve um aumento dos resíduos sólidos gerados, na ordem de 49%, devido à paragem anual.



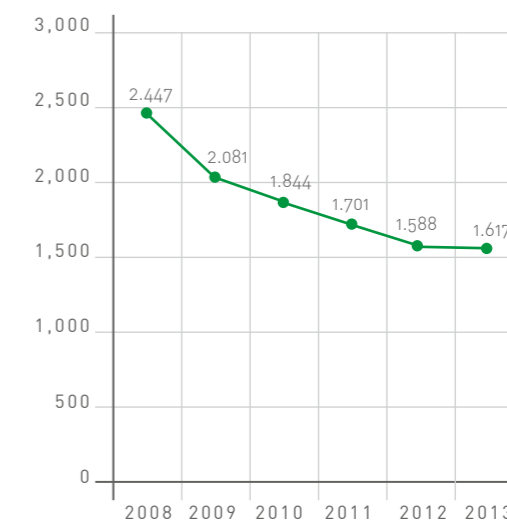
CONSUMO DE ÁGUA

No ano de 2013, com a paragem anual, o consumo de água foi inferior ao ano anterior em 3,8%.



CONSUMO DE ENERGIA

Em 2013, verifica-se que o consumo energético aumentou, apesar da diminuição da produção, resultado da proporção de cada um dos produtos fabricados.

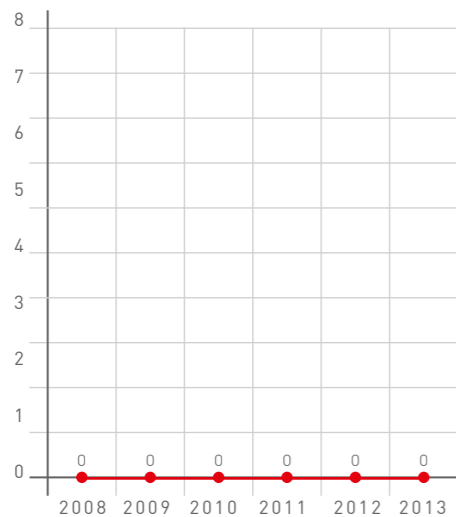




AQP

EMISSÕES DE POLUENTES PARA A ATMOSFERA

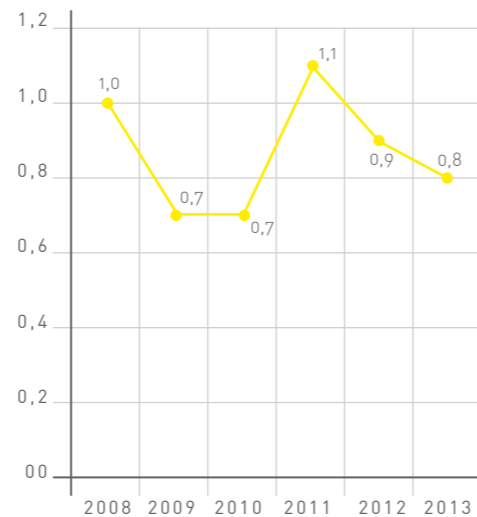
Em 2013, as emissões continuaram a apresentar valores muito baixos.



● Kg de emissões / tonelada de produção

RESÍDUOS SÓLIDOS

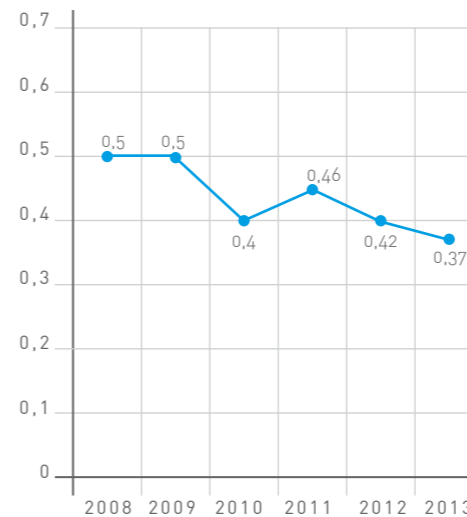
Registou-se, em 2013, um pequeno decréscimo da quantidade de resíduos produzida em relação ao ano anterior.



● Kg de resíduos / tonelada de produção

CONSUMO DE ÁGUA

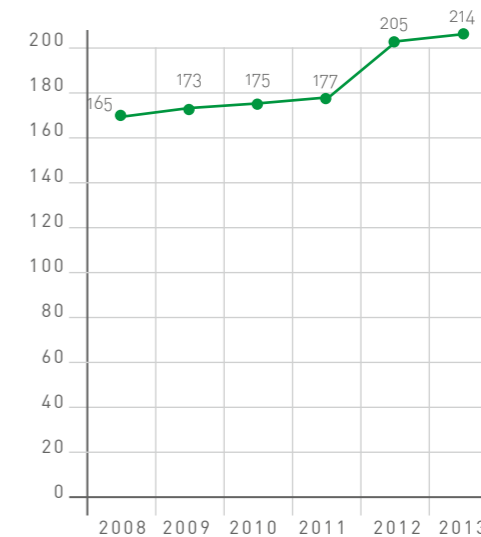
Na linha dos últimos anos, registou-se um pequeno decréscimo no consumo específico de água.



● Água m3 / tonelada de produção

CONSUMO DE ENERGIA

O aumento do consumo de energia deveu-se a um maior consumo de gás natural na produção de vapor, pela empresa fornecedora desta energia.

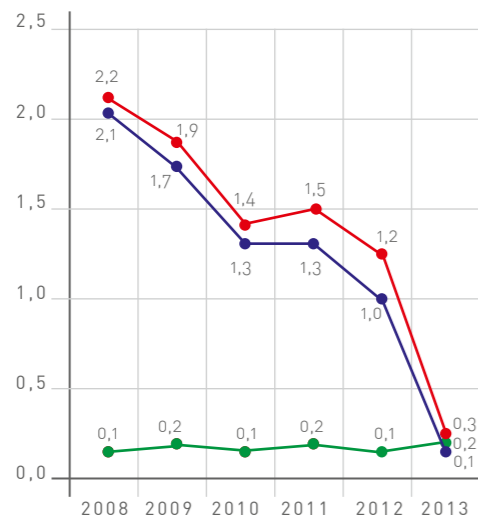


● Energia Mj / tonelada de produção

CIRES

EMISSÕES DE POLUENTES PARA A ATMOSFERA

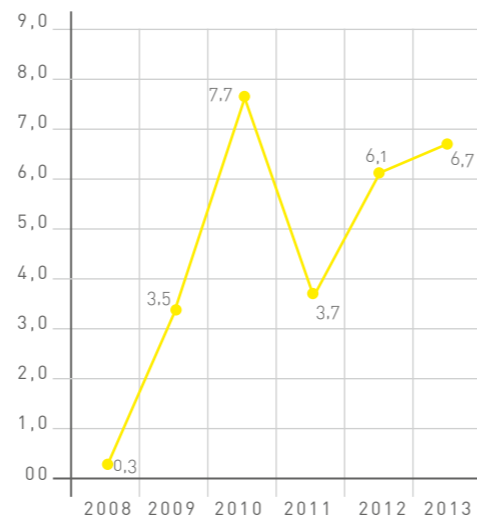
A cessação da produção de eletricidade por cogeração justifica a grande redução das emissões na BAMISO, que passam a ser apenas as associadas à produção de vapor.



● Kg de emissões / tonelada de produção
● Contribuições CIRES ● Contribuições BAMISO

RESÍDUOS SÓLIDOS

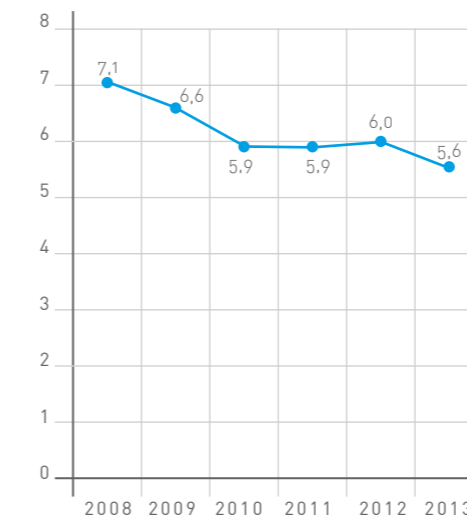
Cerca de 96% dos resíduos gerados, na sua maioria resíduos inócuos de PVC, são expedidos para valorização.



● Kg de resíduos / tonelada de produção

CONSUMO DE ÁGUA

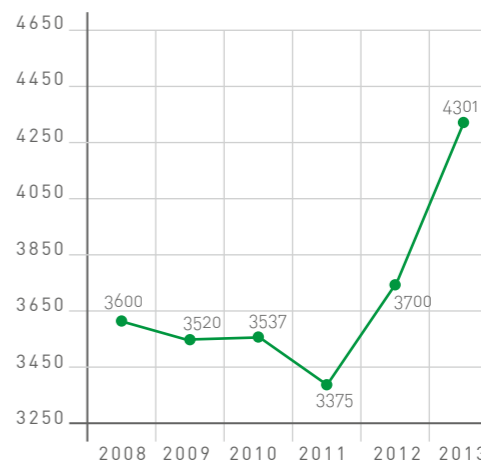
A redução do consumo específico de água alcançada resultou da reciclagem parcial do efluente para reutilização no processo.



● Água m3 / tonelada de produção

CONSUMO DE ENERGIA

O aumento do consumo específico de energia deveu-se à paragem da unidade de cogeração, parcial em 2012 e total em 2013, o que implicou um maior consumo de gás natural. A este maior consumo de energia corresponde uma diminuição da emissão de poluentes.



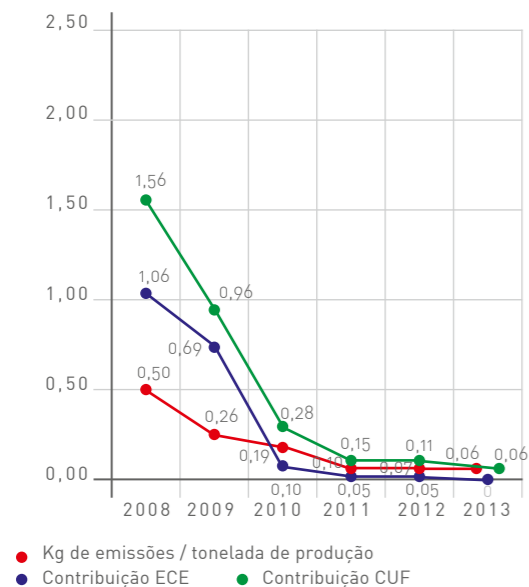
● Energia Mj / tonelada de produção



CUF

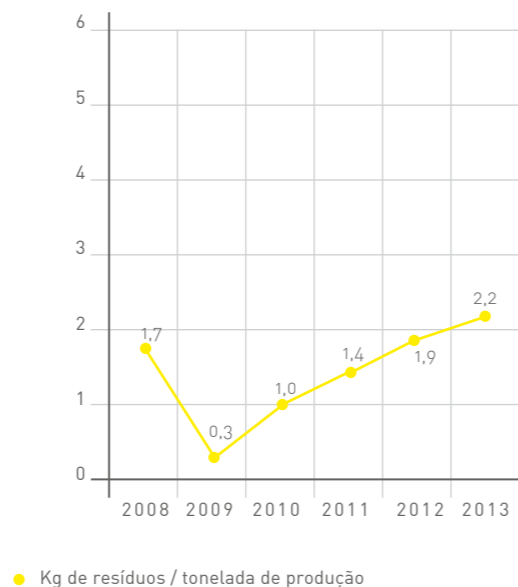
EMISSIONES DE POLUENTES PARA A ATMOSFERA

A emissão específica de poluentes, apesar de muito baixa nos últimos anos, ainda registou em 2013 uma ligeira melhoria.



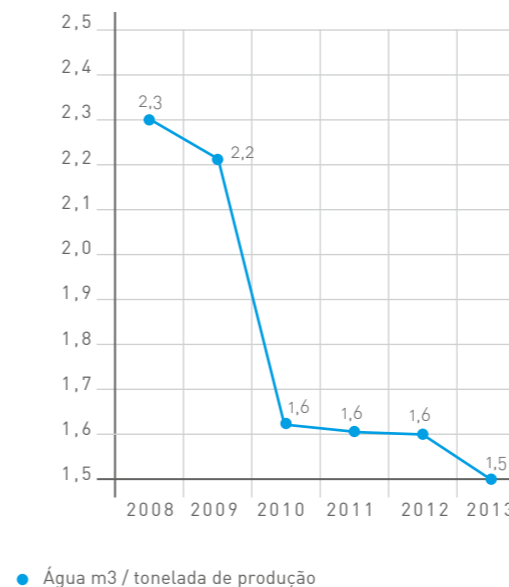
RESÍDUOS SÓLIDOS

A subida deste indicador de resíduos sólidos, em 2013, deve-se ao envio para o exterior de um resíduo que era sujeito a decomposição térmica nas instalações da CUF-QI.



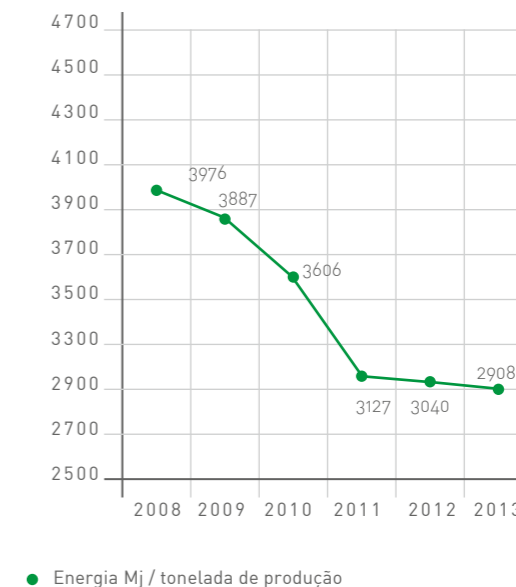
CONSUMO DE ÁGUA

O consumo específico de água continua a apresentar valores baixos, tendo ainda registado uma melhoria em 2013.



CONSUMO DE ENERGIA

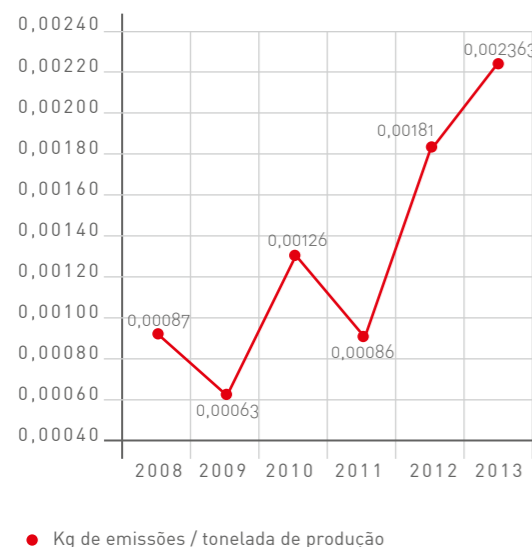
O consumo específico de energia verificou uma nova redução no ano de 2013.



DOW

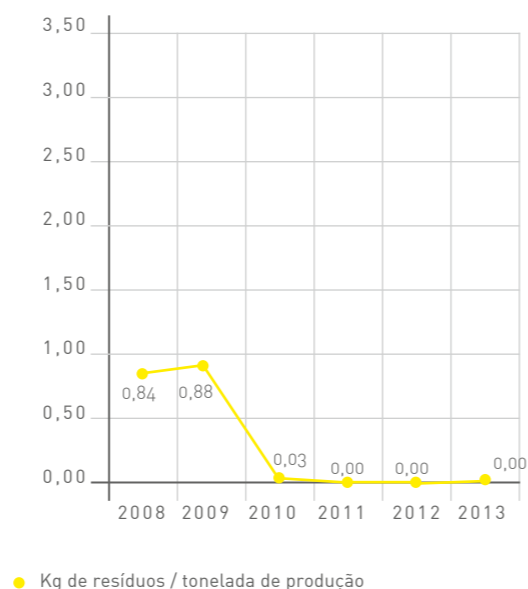
EMISSIONES DE POLUENTES PARA A ATMOSFERA

O aumento das emissões reflete o crescimento do volume de produção. A Dow mantém um programa de monitorização, que controla as emissões de poluentes para a atmosfera e não se têm verificado situações de excedência dos limites de permitidos por lei.



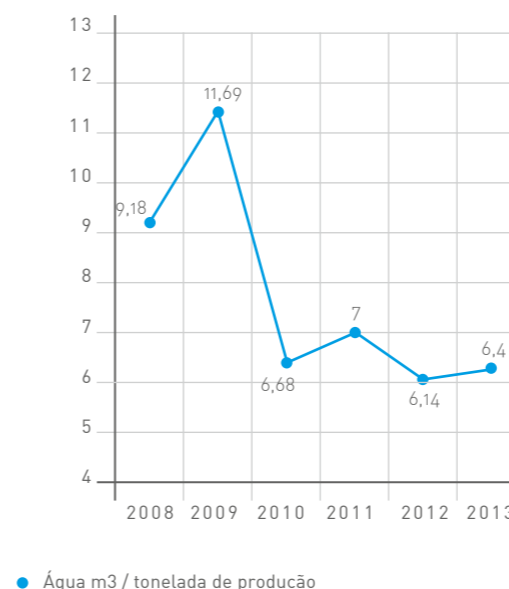
RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão de resíduos tem vindo a ser otimizada, dando preferência às soluções de valorização. Em consequência, em 2013, não houve nenhum resíduo perigoso cujo destino final tenha sido a deposição em aterro.



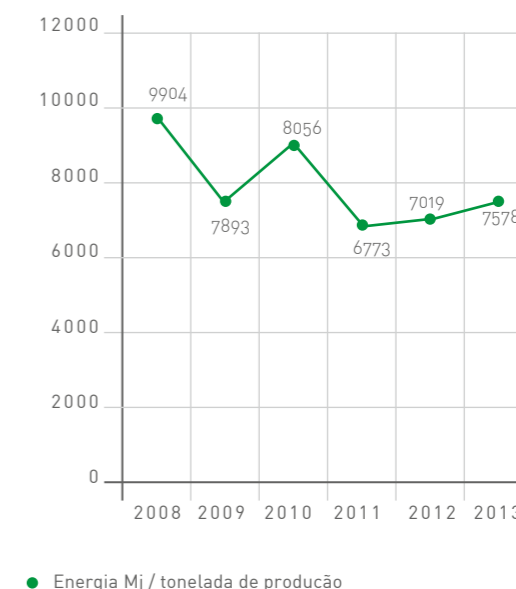
CONSUMO DE ÁGUA

O consumo específico de água tem sido otimizado no processo. Prevê-se uma melhoria neste rácio nos próximos anos.



CONSUMO DE ENERGIA

Apesar do ligeiro aumento, os consumos de recursos naturais, tal como o gás natural, têm sido otimizados no processo.



BREVES DO PACOPAR

EMPRESAS DO PACOPAR APOIAM 19 PROJETOS COM 73 MIL EUROS

Cumprindo o programa anual de donativos do PACOPAR, as empresas químicas Air Liquide, AQP, CIRES, CUF-QI e Dow entregaram, no dia 14 de março de 2013, apoios financeiros no valor de 72 770 euros a 15 entidades do concelho de Estarreja. Os donativos destinaram-se a 19 projetos nas áreas social, educativa e de proteção civil, com os objetivos de contribuir para a melhoria pedagógica de escolas, apetrechamento e melhoria de serviços de instituições particulares de solidariedade social, de capacidades da proteção civil e para a construção e manutenção de habitação social.



BOMBEIROS DE AVEIRO VISITAM PACOPAR

Em maio de 2013, o PACOPAR recebeu os comandos das corporações do distrito de Aveiro para um seminário e visita às empresas químicas. Realizada em parceria com a Câmara Municipal de Estarreja, a iniciativa pretendeu contribuir para melhorar a articulação do Complexo Químico de Estarreja com a proteção civil distrital em termos de resposta a emergência. O seminário versou sobre o Plano de Emergência Externo de Estarreja e os planos de emergência internos das empresas químicas, tendo-se seguido uma visita às unidades produtivas das mesmas.



PASTAS DE EMERGÊNCIA MÉDICA ATUALIZADAS

O PACOPAR entregou aos hospitais da região pastas de emergência médica, com fichas de segurança de todos os produtos químicos usados no Complexo Químico de Estarreja (CQE). A documentação, entregue em maio de 2013 aos hospitais Infante D. Pedro (Aveiro) e São Sebastião (Santa Maria da Feira), e ao INEM, resulta de um trabalho desenvolvido durante mais de um ano, no âmbito dos objetivos de prevenção de riscos do Painel. Nas pastas entregues estão identificados todos os produtos manuseados no CQE, com as respetivas características químicas, físicas e toxicológicas, riscos inerentes, sinais e sintomas de exposição humana e medidas de atuação perante uma emergência. A entrega foi feita com a realização de um seminário para a comunidade médica, sobre os produtos químicos manuseados nas instalações fabris.



MARCHA DA FAMÍLIA PACOPAR AJUDA CERCIESTA

Organizada em parceria com a Câmara Municipal de Estarreja, realizou-se, em maio de 2013, a Marcha da Família PACOPAR, conjugando um objetivo solidário com o incentivo à prática de exercício físico. O montante das inscrições no evento, cerca de 400 euros, reverteu para a Cerciستا. A iniciativa juntou cerca de 230 pessoas, que partiram do Parque Municipal do Antuã em direção a Salreu, para fazer o percurso do BioRia. Os participantes receberam uma *t-shirt*, um boné e um saco para a caminhada, que terminou com um almoço piquenique. A iniciativa integrou o plano de atividades 2013 do PACOPAR, tendo contado com a organização logística da Escola Municipal de Desporto.





I CICLO DE CONFERÊNCIAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Dedicado ao tema "Segurança em Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso", o I Ciclo de Conferências de Proteção Civil realizou-se em novembro do ano passado, organizado pelo ISCIA (Instituto Superior de Ciências de Informação e Administração), com a parceria do PACOPAR. Entre as comunicações dos vários especialistas em proteção ambiental, prevenção de riscos industriais, proteção civil e regulamentação afeta à Diretiva Seveso, esteve a comunicação do Grupo de Prevenção de Riscos, "PACOPAR: o envolvimento com a comunidade de uma realidade industrial". O evento contou com a participação de cerca de 90 pessoas. Após o seminário da manhã, alguns participantes foram recebidos na Dow Portugal, tendo-se seguido uma visita a esta e às empresas Air Liquide, CIRES e CUF-QI.



PACOPAR LANÇA GUIA PRÁTICO DE ESPAÇOS VERDES

O PACOPAR lançou, no ano passado, um Guia Prático de Espaços Verdes, em edição digital, com o objetivo de divulgar conselhos e práticas para manter e preservar espaços verdes. O guia foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Enquadramento Paisagístico, que, ao longo de 34 páginas, disponibiliza orientações para as várias etapas de manutenção de um espaço verde, desde como fazer a análise e escolha de local, preparação do solo, passando pela plantação de um relvado, de árvores ou arbustos, pela rega e drenagem, fertilização, poda, até orientações para o destino a dar aos resíduos de jardinagem, através da queima ou compostagem. O Guia pode ser consultado e descarregado no sítio eletrónico do PACOPAR, página "Comunidade", Menu "Sobre o PACOPAR".

PACOPAR RECEBE ESPECIALISTA EM GESTÃO DE RISCOS

O PACOPAR recebeu no ano passado a visita de um especialista da Universidade Técnica de Ostrava (UTO), da República Checa, que se deslocou a Estarreja com o objetivo de conhecer o sistema de proteção civil em que o Complexo Químico está integrado. Marek Smetana é professor e especialista da UTO na área de gestão de riscos e emergência, estando a desenvolver estudos sobre a área em diversos países. A CIRES, sob a condução do então coordenador do Grupo de Trabalho de Prevenção de Riscos, foi a empresa anfitriã que recebeu a Universidade de Aveiro (envolvida na vinda do professor a Portugal) e Marek Smetana, a quem foi apresentado o Painel comunitário e a sua atividade no âmbito da Actuação Responsável® e prevenção de riscos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA HOMENAGEIA PACOPAR

Nas comemorações dos seus 78 anos, no ano passado, a Santa Casa da Misericórdia homenageou o PACOPAR enquanto entidade benemerita da instituição. A homenagem foi prestada no átrio do lar de idosos, com o descerrar de uma placa onde figuram as entidades mecenas da instituição. "As vossas contínuas ofertas permitem-nos dar mais qualidade de vida e bem estar aos nossos utentes", afirmou a provedora Rosa de Fátima, realçando a importância do "empenho dos voluntários, que, de alma e coração, se entregam com espírito de missão", e "a generosidade dos beneméritos e benfeitores que com os seus óbolos minimizam as situações económicas mais difíceis."



SEMA INCLUI PARCERIA CER AVEIRO

A SEMA foi um dos signatários do CER Aveiro (Conselho Empresarial da Região de Aveiro), um consórcio integrado por nove associações empresariais da NUT III de Aveiro. O acordo foi assinado em 13 de dezembro de 2013, pretendendo constituir um trabalho em rede e parceria entre associações empresariais, comunidade intermunicipal e entidades científicas. A integração da SEMA no CER Aveiro é mais uma expressão da sua missão, evidenciada na continuidade de um trabalho desenvolvido ao longo de 18 anos, em benefício da economia local e regional, com especial empenho no acompanhamento das atividades dos seus associados. Para o ano de 2014, a SEMA apoia o incremento do movimento associativo empresarial, através da parceria estabelecida com o CER Aveiro, prosseguindo com a atividade concreta de apoio empresarial, nomeadamente: continuando a proporcionar ações de formação adequadas às necessidades sentidas pelas empresas, ajustando a oferta à procura manifestada pelos agentes económicos, privilegiando a obtenção de mais-valias na capacitação dos colaboradores; dando apoio administrativo, jurídico e económico, ajudando os agentes económicos a encontrar soluções mais adequadas à satisfação de necessidades e resolução de problemas; mantendo e reforçando a prestação de serviços nos domínios de ambiente e qualidade, nomeadamente em Qualidade Alimentar e Ambiental.



TRABALHAR POR UM CONCELHO CADA VEZ MAIS MODERNO E SUSTENTÁVEL

O novo presidente da Câmara Municipal quer “fazer de Estarreja um Concelho cada vez mais moderno e sustentável, em termos Económicos, Ambientais e Sociais”. Diamantino Sabina tomou posse no dia 18 de outubro de 2013, ciente dos “tempos difíceis” mas “com muita esperança e muita vontade de trabalhar”.

Aos olhos do novo líder municipal, eleito pela Coligação Querer Mais PSD/CDS-PP, “são os tempos difíceis que criam os maiores desafios e oportunidades, dão-nos ainda mais alento para trabalhar... fazer mais com menos, eis o grande objetivo!”. O novo executivo enfrenta “dias que exigem na gestão municipal criatividade e imaginação, sentido empreendedor e sustentável, merecendo-nos as Pessoas redobrada atenção. Um rigor a que darei cumprimento, construindo assim, em conjunto, uma comunidade cada vez melhor!”.

Destacando a “oferta cultural, desportiva e educativa” e evidenciando os pontos fortes que caracterizam o concelho desde o “fulgor do nosso associativismo, de um moderno Eco Parque Empresarial ao BioRia, da qualidade da rede viária aos parques municipais e Centros Cívicos nas freguesias”, Diamantino Sabina conclui que “é bom viver-se em Estarreja!”. Esse desafio é agora re-

forçado, pois “queremos mais para o nosso Concelho. Sempre muito mais!”. Dirigindo-se a todos os eleitos desejou “um mandato profícuo”. “Façamos um mandato exemplar, façamos todos pela nossa terra! Elevemos o nome deste Município de Estarreja”.

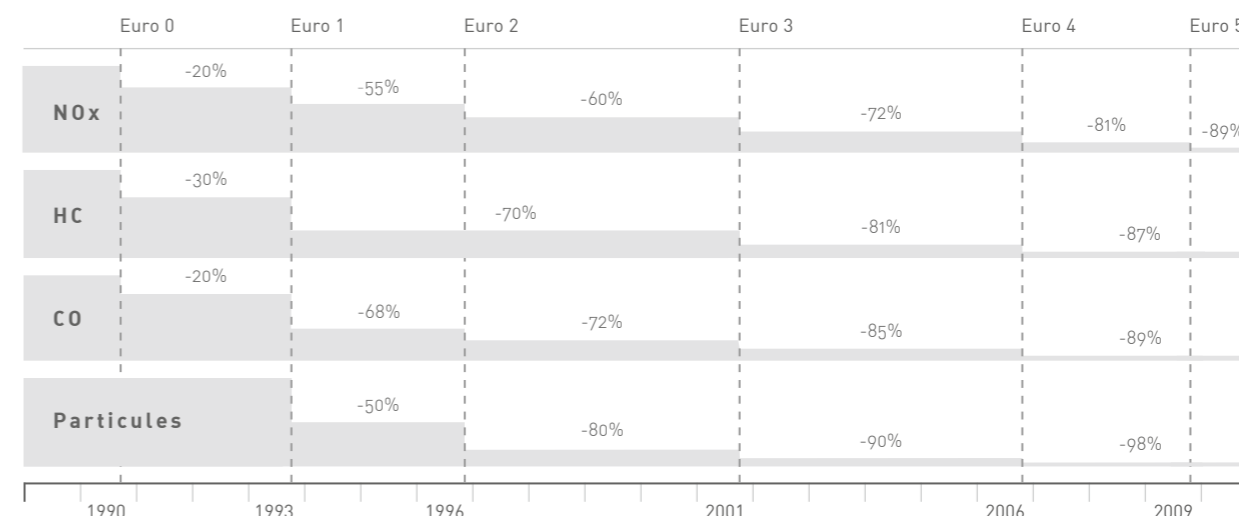
Os Paços do Concelho foram pequenos para acolher os estarrejenses que quiseram assistir à cerimónia de tomada de posse dos Órgãos do Município, Assembleia e Câmara, para o Mandato Autárquico 2013-2017, na sequência do ato eleitoral realizado no dia 29 de setembro.



TJA TESTA VEÍCULOS PARA A NORMA EURO 6

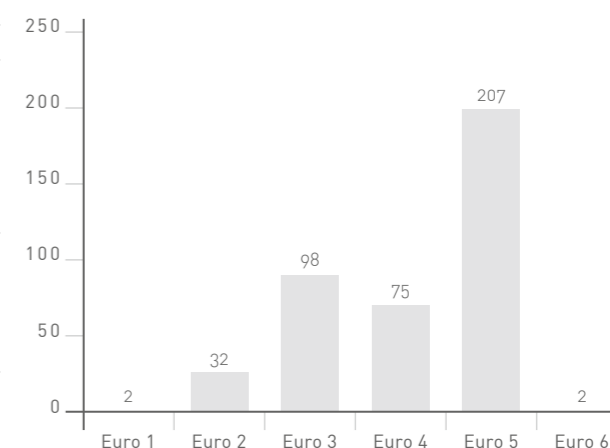
Terminou a vigência das normas europeias de emissões Euro 5 (em vigor desde outubro de 2009), pelo que desde janeiro de 2014 entrou em vigor a norma Euro 6, fazendo com que as viaturas matriculadas a partir dessa data cumpram a nova regulamentação da emissão de gases poluentes e ruído a nível europeu, integrantes da política comunitária de transportes. Em parceria com a Renault-Trucks, a TJA tem na sua frota dois veículos de teste pré-série Euro 6 (veículo branco ainda camuflado).

Tem sido um longo caminho desde o início dos anos 90, com o surgimento da norma Euro 0, com os principais objetivos de reduzir as emissões poluentes de determinados gases e o ruído produzido pelos motores. Consequentemente, as melhorias técnicas vieram permitir uma melhor rentabilização das viaturas em termos de consumo efetivo e de prestações dinâmicas. As reduções dos principais poluentes são visíveis nos gráficos reproduzidos (NOx – óxidos de azoto; HC – hidrocarbonetos; CO- dióxido de carbono; Particules – partículas).



Objetivos Europeus relativos à redução a atingir por poluente e por norma Euro (até ao Euro 5).

Com a tecnologia Euro 6, pretende-se reduzir ainda mais estes indicadores, o que leva ao “casamento” entre duas grandes linhas tecnológicas adotadas para cumprir as normas até ao Euro 5. A integração dos dois sistemas (EGR – recirculação de gases de escape + DPF – filtro de partículas e SCR – redução catalítica seletiva através da reação com adblue) irá levantar diversas questões ao nível dos custos de aquisição das viaturas, de manutenção e de consumíveis, assim como em relação à maior complexidade dos sistemas eletrónicos de gestão dos motores e outros órgãos dos veículos. No entanto, estas soluções também visam rentabilizar o consumo efetivo das viaturas e melhorar o seu desempenho dinâmico.



Composição da frota da TJA, conforme os veículos cumpridores das várias normas europeias. No total, a empresa detém cerca de 420 veículos.

QUINTA PEDAGÓGICA DO RIBEIRO DA LADEIRA

“UMA UNIDADE SOCIAL E ECOLÓGICA PARA TODOS”



O inverno agreste não deixava ver a paisagem em todo o seu esplendor, mas o entusiasmo de quem se dedica à implementação da Quinta Pedagógica do Ribeiro da Ladeira deixa pressentir um misto de cores, cheiros e sensações que a irão transformar num “espaço pedagógico e numa unidade social e ecológica para todos”. A Quinta Pedagógica é uma iniciativa da Cerciستا, com o objetivo de oferecer à comunidade uma alternativa para a formação, ocupação e lazer, através de uma aproximação à agricultura, à ecologia e aos usos e costumes da vivência rural.

“Aqui será o cultivo das hortícolas, já aqui temos algumas”, vai explicando Maria de Lurdes Breu, presidente da Cerciستا. No ribeiro, que atravessa

a quinta, “iremos plantar agriões”, na outra margem “será a plantação de cereais, vamos recriar o ciclo do pão. Desde semear o milho, colher, fazer a desfolhada, levar o milho para moer e fazer aqui o nosso pão.” Passamos pelo espaço que será o futuro jardim sensorial, “com plantações levantadas, para que as pessoas idosas e deficientes possam tocar, cheirar e descobrir que têm mais do que cinco sentidos.”

Várias árvores de fruto pontilham o terreno. “Temos de plantar rapidamente os quivis, que os meninos adoram esta fruta”, diz Lurdes Breu, revelando que uma das intenções do projeto é tornar a Cerciستا autónoma em termos de abastecimento hortícola. Há também um local para compostagem, que recebe todo o lixo orgânico da instituição. “Estamos a produzir composto orgânico, para usar aqui. Tencionamos praticar uma agricultura ecológica, como se fazia antes com o uso do moliço, e simultaneamente promover uma ecologia didática”, afirma Duarte Esmeraldo, responsável voluntário pela coordenação do projeto agrícola da Quinta.

Localizada em Salreu, a Quinta do Ribeiro da Ladeira foi doada pelo Padre João Antão à Cerciستا, que a pretende transformar numa quinta pedagógica, projetando, para os seus 6000 metros quadrados, a criação de estufa, jardim sensorial, horta pedagógica, pomar, estábulo para caprinos e suínos, gaiolas para aves, forno de lenha, um prado e diversas oficinas de trabalho. Assumido



dizagem, é uma terapia. Aprendem tudo, desde produzir, podar, separar, pesar e levar para casa”, explica a presidente da instituição. O fim último da Quinta é “torná-la num espaço pedagógico e ecológico, aberto à comunidade. A quinta é de todos os que podem encontrar aqui bem-estar e encontrar-se com a natureza.”

ATIVIDADES PLANEADAS

Regulares:

Agricultura biológica; culturas de estufa; horta pedagógica; jardim sensorial; compostagem; oficina do pão; oficina de compotas; oficina de cerâmica; descobrir os animais da quinta.

Sazonais:

Construção de espantalhos; construção de esteiras de bunho; construção de bonecas de palha; desfolhada tradicional; confeção do foliar da Páscoa; Magusto de São Martinho.

como projeto de inclusão, a Quinta Pedagógica irá funcionar articuladamente com agrupamentos de escolas e IPSS's dos concelhos de Estarreja e Murtosa. O objetivo principal é contribuir para a inclusão e formação dos jovens e adultos da Cerciستا e de outras instituições de educação e apoio social, “desenvolvendo-lhes competências profissionais, sociais e pessoais, através do contacto com a natureza e da prática da atividade agrícola”, refere Maria de Lurdes Breu.

Abertura à comunidade

Já foram celebrados protocolos com agrupamentos escolares e semanalmente alguns alunos de Estarreja já desenvolvem atividades na quinta. “É uma turma muito difícil. Para eles, além da apren-

Pretende-se assim que, futuramente, o espaço venha a estar aberto à generalidade da população para momentos de lazer. Para “aniversários ou outras pequenas comemorações, para qualquer pessoa que queira passar o seu tempo livre em contacto com a natureza, para pais trazerem os filhos. Para fazer alguma atividade desportiva, temos o nosso professor que podemos disponibilizar, para quem queira aprender a fazer uma horta ou tenha algo para ensinar neste contexto”, sugere Maria de Lurdes Breu. Estando o projeto ainda em implementação, nem todas as suas funcionalidades estão já implementadas, mas, no futuro, quem pretender “viver” este espaço, deverá contactar a Cerciستا para tal.

CONSTRUÇÃO DE LAR DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

A Quinta do Ribeiro da Ladeira, parte do património que o Padre João Antão doou à Cerciستا, contém um espaço de quintal/jardim, horta e jardim de aromáticas. Adjacente ao terreno da quinta, e com o objetivo de reverter para um fim social, a Cerciستا planeia construir aqui um lar de acolhimento temporário, com 6 quartos, para os seus clientes e outros que tenham uma débil retaguarda familiar. O projeto do Lar está praticamente concluído, decorrendo já a campanha de angariação de fundos para a sua construção.

INTEGRADO NAS FESTAS DO MUNICÍPIO

MERCADO ANTIGO RECUPERA MEMÓRIAS DO COMÉRCIO LOCAL



Realiza-se anualmente em junho e pretende retratar tradições e hábitos de compra e venda local do quotidiano da comunidade estarrejense na primeira metade do século passado. O Mercado Antigo, recriado anualmente pela Câmara Municipal de Estarreja (CME), traz ao coração da cidade os trajes da época e os produtos típicos da região, desde a alimentação ao artesanato. A recriação do Mercado Antigo oferece-nos as soluções simples e espontâneas que a comunidade encontrava no comércio local, numa altura em que a sustentabilidade não era falada mas sim praticada.

Integrado no programa das Festas de Santo António, padroeiro do município, o Mercado Antigo realiza-se em junho, no mesmo local onde originalmente tinha lugar, em frente aos Paços do Concelho. A Praça Francisco Barbosa reveste-se de vendedores, entre 70 a 80, que levam os visitantes a viajar no tempo, com a oferta de produtos tradicionais de Estarreja e os trajes de época.

Vende-se de tudo o que a terra dá, desde frutas e legumes a cereais. O mel de Terras do Antuã, o arroz de Salreu, os licores, o pão e a broa, para comprar e levar para casa. Tudo exposto em cestos de verga, pois nos inícios do século XX o plástico não tinha lugar nas trocas comerciais. Afinal, o Mercado, lá por ser Antigo, dá uma lição de vanguarda ambiental ao atual *marketing* dos hipermercados que tentam reduzir a disponibilização de sacos de plástico.

A pesagem é feita em balanças de dois pratos ou de alavanca, pois balança digital também não entrava neste Mercado, que assumiu um papel fundamental na economia local e no escoamento dos produtos agrícolas excedentes. Uma época em que a vendedora colocava o dinheiro na bolsa de pano pendurada no pulso ou nos bolsos do avental. Em que a estopa e o linho faziam os trajes do homem e da mulher, que se adornava com as rendas na blusa, o lenço na cabeça e o “cordão de ouro”, a

exibir a vaidade feminina em eventos públicos, coisa que os afazeres agrícolas não estimulavam.

O artesão lá está também, a vender os cestos de palha e de verga e a fazer o empalhamento de garrafões. Vende carros de mão em madeira e vários utensílios em pele. Lá se encontra também a teceira de tapetes. Pode adquirir-se um “gigo” (cesto de vime) ou uma mona (pião de bico largo). E não falta o petisco, pois que a ida ao mercado era também um pretexto para dois dedos de conversa aqui e ali, para ficar ao corrente das novidades da terra. Mercado era também ponto de socialização e, posto isto, era necessário “matar o bicho.” Qual centro comercial dos tempos antigos! A gastronomia típica está à disposição: as enguias, os rojões de tripa e de febra, os bolos de bacalhau, as morcelas ou o chouriço de carne são iguarias que não faltam por lá.

“Estarreja, até há poucos anos, viveu sobretudo da agricultura e houve compatibilidade entre agricultura e indústria. Essas atividades estão a ser lembradas no Mercado Antigo, onde para além da venda e mostra de produtos típicos, também há a recriação de atividades agrícolas mais importantes, como a apanha do milho, do junco, a feita das esteiras”, explica João Alegria, vereador da cultura da Câmara Municipal de Estarreja.

A recriação do Mercado Antigo é acompanhada por um desfile, no qual, além dos trajes da época, passa a junta de vacas Marinhoas, de grande importância para a agricultura da região (artigo “Comércio justo e agricultura sustentável”), e os camponeses com os utensílios agrícolas a demonstrarem as técnicas manuais de colheita dos cereais, hoje extintas pela mecanização da atividade. O objetivo de recriação do Mercado Antigo prende-se com a ideia de “reanimar e oferecer às pessoas uma participação ativa na recuperação da memória coletiva”, refere João Alegria, assinalando a importância do comércio local para a economia do concelho.

Sendo uma das “maiores atrações das festas do município”, o Mercado Antigo conta com a participação de agricultores, vendedores, artesãos e diversas coletividades locais, atraindo não só a visita dos munícipes, como também de visitantes de fora do concelho. Em junho, por altura das comemorações do Santo António, troque o centro comercial pela Praça Francisco Barbosa, em Estarreja.





CONTACTOS

CHAIRMAN DO PAINEL

António Castro Valente

Email: acastrovalente@gmail.com

SECRETARIADO (CUF-QI)

Diogo Almeida Santos

Email: diogo.santos@cuf-qi.pt

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PARDILHÓ

Rua Padre Garrido, Apt. 8

3869-464 Pardilhó

Tlf.: 234 850 150

Professora: Leontina Pinto

Email: lapp.530@gmail.com

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ESTARREJA

Rua Dr. Jaime Ferreira da Silva

3860-526 Estarreja

Tlf.: 234 841 704/5

Professora: Rosa Domingues

Email: esc.se@mail.telepac.pt

AIR LIQUIDE

Sociedade Portuguesa do Ar Líquido

Apt 91

3861-208 Estarreja

Tlf.: 234 840 500

Diretor Fabril: Luís Ferreira

Email: luis.ferreira@airliquide.com

APEQ – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS QUÍMICAS

Avenida D. Carlos I, 45-3º

1200-646 Lisboa

Tlf.: 213 932 060

Diretor Geral: Luís Araújo

Email: luisaraujo@apequimica.pt

apeq@apequimica.pt

AQP

Aliada Química de Portugal, Lda

Quinta da Indústria, Beduído

3860-680 Estarreja

Tlf.: 234 810 300

Diretor geral: Alvarim Padilha

Email: alvarim.padilha@cuf-qi.pt

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA URBANIZAÇÃO DA PÓVOA DE BAIXO

Rua Quinta da Póvoa,

3860-347 Estarreja

Tlf.: 96 407 08 15

Representante no PACOPAR: António Oliveira

Email: antonio.vitor.costa.oliveira@gmail.com

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

Rua Desembargador Correia Pinto

Apt. 76 – 3864-909 Estarreja

Tlf.: 234 842 303

Comandante: Ernesto Rebelo

Email: bvestarreja.comando@mail.telepac.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Praça Francisco Barbosa

3864-001 Estarreja

Tlf.: 234 840 600

Presidente: Diamantino Sabina

Email: diamantino.sabina@cm-estarreja.pt

CEGONHA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE DE ESTARREJA

Apt. 100

3860- 356 Estarreja

Tlf.: 966 551 372

Representante: Miguel Oliveira e Silva

Email: mos@ua.pt

CENTRO DE SAÚDE DE ESTARREJA

Rua Almeida Eça- Teixugeira

3860-335 Estarreja

Tlf.: 234 810 600

Diretor: J. M. Vera Cruz Félix

Email: med.estarreja@csestarreja.min-saude.pt

Delegada de Saúde de Estarreja:

Maria Ofélia Almeida

Email: as-estarreja@csestarreja.min-saude.pt

CIRES

Apt. 20, Samouqueiro – Avanca

3864-752 Estarreja

Tlf.: 234 811 200

Diretor Industrial: Pedro Gonçalves

Email: pedro.goncalves@cires.pt

Relações com a Comunidade: Paulo Jorge

Email: paulo.jorge@cires.pt

CUF – QUÍMICOS INDUSTRIAIS

Quinta da Indústria – Beduído

3860-680 Estarreja

Tlf.: 234 810 305

Administrador Delegado: João Fugas

Email: joao.fugas@cuf.pt

Diretor de Projetos: Diogo Almeida Santos

Email: diogo.santos@cuf-qi.pt

DOW PORTUGAL

Rua do Rio Antuã, nº 1

3860-529 Beduído - Estarreja

Tlf.: 234 811 000

Diretor Geral: Jacint Domènech

Email: jdomenech@dow.com

GNR

Destacamento Territorial

da Guarda Nacional Republicana

Rua Irmãos Oliveira Lopes, S/N

3880-192 - Ovar

Tlf.: 256 572 629

Comandante do Destacamento Territorial:

Ivo Filipe Lucas Cristal, Tenente

Email: ct.avr.dovr@gnr.pt

Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana

Rua Dr. Pereira de Melo, n.º 188

3860-375 – Estarreja

Tlf.: 234 810 690

Comandante do Posto Territorial:

João Martinho de Azevedo Sousa, Sargento-Ajudante

Email: ct.avr.dovr.petr@gnr.pt

CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA

Av. Artur Ravara

3814-501 Aveiro

Tlf.: 234 378 300

Pedro Almeida

Catarina Resende

Email: sec-geral@hdaveiro.min-saude.pt

SEMA – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

R. Dr. Alberto Vidal, 63

3860-368 Estarreja

Tlf.: 234 843 689

Presidente:

José Teixeira Valente

Email: josevalente@sema.pt

TRANSPORTES J. AMARAL

R. Dr. José Justiniano, 195

Apt. 11

3860-371 Estarreja

Tlf.: 234 840 800

Resp. Qualidade, Ambiente e Segurança:

Maria Manuel Gamelas

Email: maria.gamelas@tja.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Campus Universitário de Santiago

3810-193 Aveiro

Tlf.: 234 370 200

Professora:

Myriam Lopes

Email: myr@ua.pt

WWW.PACOPAR.ORG

Secretariado: CUF-QI Tlf.: 234 810 305 Email: info@pacopar.org

